



A nação e a língua:

O apagamento da diversidade linguística a partir da formação do Estado-nação e das identidades nacionais

Natália da Silva Coelho

Orientadora: Prof. Dra. Paula Orrico Sandrin

Rio de Janeiro

2019.1



Natália da Silva Coelho

A nação e a língua:

O apagamento da diversidade linguística a partir da formação do Estado-nação e das identidades nacionais

Orientadora: Prof. Dra. Paula Orrico Sandrin

Monografia apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Rio de Janeiro

2019.1

*It might be said with a certain metaphoric license that languages are
seldom admired to death but frequently despised to death*

– Nancy Dorian

Agradecimentos

Não pensei que fosse ser difícil escrever um agradecimento (me enganei). Penso primeiro na minha avó. Faz uma década desde que ela se foi, e eu sinto ela comigo hoje mais do que nunca. Queria que você estivesse aqui para ver sua neta formada, a primeira da família (mas não a última) a alcançar o espaço do ensino superior. Vó, na época eu era criança e não sabia o quanto aprendi com você. Hoje, olhando para trás, tenho o maior orgulho da sua herança. Hoje gosto de ver na nossa família um retrato do Brasil, da História, de classe, de gênero, além de afeto e força. Eu sempre vou levar isso no peito com afeto e orgulho. Uma bela e eterna memória.

Mãe, sua resiliência é uma inspiração para mim. Nós duas aprendemos muito juntas, e me descubro muito ao conversar com você. Obrigado por estar sempre comigo. Por me dar o primeiro livro, me levar para assistir o primeiro filme, me levar para o colégio todos os dias... você sabe que a lista é infinita.

Tia, você é tão importante para mim quanto vovó ou mamãe. Espero que nunca duvide disso.

Nesta segunda parte dos agradecimentos, acho que preciso condensar todas as pessoas maravilhosas que conheci na PUC (ou seja, impossível). Meu percurso pelo curso de Relações Internacionais foi cheio de viradas, pontes, retornos. Mesmo quando estive só, não estava. À Daniel, Thalita, Amanda, Laís, vocês fazem parte das melhores experiências, conversas, risadas e crises de choro.

Aos professores dos departamentos de História, Geografia, Letras, Comunicação e Design com os quais tive ótimas aulas, experimentei outros modos de conhecimento e fui positivamente influenciada.

Aos funcionários e professores do IRI, porque eu não poderia pedir por um departamento melhor do que esse. Nessas horas todas as críticas desvanecem e eu só consigo pensar no tanto que aprendi com todo mundo. Até mesmo os professores que protagonizaram histórias não-tão-dignas, a retrospectiva tem o dom de ressaltar como “experiências que somam”, digamos assim.

Agora para as ótimas histórias, as que me formaram enquanto pessoa, que dão energia só de lembrar: Paulinho, existe uma Natália “antes e depois de Fundamentos 2”, suas aulas foram essenciais para mim, pessoal e academicamente; Maíra, que nunca deu uma aula que não fosse excelente; Luciana, por trazer a Utopia de volta para o meu espírito pragmático; Beto, a linguagem lírica das suas aulas permanece inspiradora, espero que possamos colaborar eventualmente.

E Paula, minha dupla-orientadora. IPI foi a primeira aula da graduação que tive e foi admiração instantânea. É uma verdade universalmente conhecida que todo aluno do IRI te adora, porque não há como não. Você é uma professora e pessoa incrível, e eu nem sei como agradecer por toda a compreensão, diversão e aprendizado.

Um obrigado as bibliotecas do IFCH e do IEL, na Unicamp, pois esta pesquisa nem existiria sem elas. Agradeço também aos funcionários que ajudaram a carioca perdida com informações e a cantina que vendia pão de queijo e suco de laranja bem em frente.

Por fim, mas tão importante quanto, um agradecimento para minhas duas gatas. Por serem duas criaturinhas fantásticas que batem na porta para entrar e logo depois para sair, que derrubam as canetas da mesa e constantemente deitam na frente do computador, em cima do teclado, dos livros ou das folhas, provendo a desculpa ideal para o ócio e tornando absolutamente tudo melhor.

Resumo

Esta monografia tem por finalidade investigar a relação entre o desaparecimento de línguas e o surgimento do Estado, particularmente na forma do Estado-nação, a partir da literatura sobre nacionalismo e sociolinguística. Para tal, a pesquisa é dividida em três capítulos. O primeiro deles analisa a literatura sobre nação e nacionalismo, buscando compreender o que autores consagrados do tema constituem como nação e nacionalismo, assim como os mesmos vieram a ser formados e mobilizados pelo Estado. O capítulo analisa, ainda, como esses autores entendem o papel dos idiomas dentro do seu objeto de estudo. Uma vez apresentada a base conceitual sobre nação e a relevância do tema no espaço contemporâneo, há uma ponte para o capítulo seguinte, dedicado a analisar, junto da narrativa histórica e da Linguística, como eram os comportamentos das organizações pré-modernas diante da língua. O segundo capítulo, ao debruçar-se diretamente sobre a questão linguística, tem o intuito de contemplar como agem as práticas e políticas que resultam no quadro de perda da diversidade linguística que conhecemos hoje. Conclui-se que o processo de construção do Estado-nação, aliado à política linguística, constitui um processo de planejamento de identidades nacionais cuja finalidade é uma população homogênea e monolíngue, ou uma população multicultural cuja diversidade é organizada hierarquicamente no tecido social.

Palavras-chave: Estado-nação; Nacionalismo; Política linguística; Língua nacional; Identidade.

Sumário

Resumo.....	6
Introdução.....	8
1. Sobre a formação do Estado-nação e a comunidade imaginada: um campo insuficientemente explorado.....	12
1.1. Contextualizando a persistência do nacionalismo e por quê falar sobre língua.....	20
2. Explorando a história: a língua antes do desenvolvimento do Estado nacional.....	29
2.1. O processo de fabricação do idioma nacional: política linguística como planejamento de identidades.....	39
2.2. Entendendo as terminologias: política linguística, planejamento linguístico e transição linguística.....	52
3. Línguas dominantes: os casos do Reino Unido e da França.....	56
3.1. Reino Unido: uma entidade política marcada pela hierarquia das suas identidades.....	59
3.2. A nação homogênea francesa.....	70
Considerações Finais.....	81
Referências bibliográficas.....	85

Introdução

Na esteira do mito nacional tradicional, o que costuma costurar uma nação eterna no tecido da história, as pessoas que viviam no país onde você hoje vive não eram apenas seus (possíveis) antepassados, mas longínquos brasileiros, argentinos, canadenses etc.

É claro, nem todos os hábitos que o cidadão nacional contemporâneo cultiva corresponde com a sua contrapartida do passado. Os avanços tecnológicos e sociais são inegáveis, o cidadão contemporâneo dirá, apesar de guardar na cabeça uma ou outra ideia sobre um costume, roupa ou estilo de vida que tem certeza ter sido melhor nos idos dos séculos anteriores. Esse mito nacional é bem estabelecido através da cultura, do sistema de ensino, da literatura; esse último graças especialmente aos expoentes do Romantismo, aquele movimento dos que fizeram questão de tecer belas palavras sobre os símbolos e personagens que acreditavam representar o brasileiro, argentino ou canadense.

De certa forma, o imaginário narrado acima é o objeto que a presente pesquisa tem a intenção de contestar. Ainda na suposição do cidadão nacional contemporâneo, no acaso da fantasia, se ele ou ela caísse num portal do tempo e aparecesse diante do cidadão nacional longínquo, as chances são, os dois não conseguiriam sequer se comunicar.

Não somente por uma questão de mudança linguística natural, do jeito que um falante nativo de inglês precisa de notas contextuais para entender o Paraíso Perdido de John Milton, ou como brasileiros conseguem compreender Os Lusíadas de Camões, ainda que não seja um texto moderno. Não, é por ocasião de uma questão relativa ao processo de formação dos Estados nacionais, que nem sempre tiveram línguas oficiais representativas do contingente populacional. Através de uma parte da literatura estudada aqui, dedicada a destrinchar o que são nações e

nacionalismos, é possível vir a discernir que o nosso cidadão nacional contemporâneo não compartilha laços identitários com seu suposto correspondente longínquo. Como nos contam Anderson em “Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo” (2008) e Hobsbawm em “Nações e nacionalismos desde 1780” (2004) e Angharad Closs Stephens em “The Persistence of Nationalism” (2011), as categorias que constituem um Estado-nação, nacionalismos e nacionalidades são um tanto quanto borradas entre linhas históricas, étnicas e imaginárias. O que será discutido na presente pesquisa é uma relação especial compondo essas linhas, a que existe - ou não existe - entre a nação e a língua.

Pois muito é discutido sobre Estado, nação e nacionalismo, mas pouco é questionado sobre a língua na qual se realiza tais discussões. É possível alegar que a filosofia da linguagem cultiva seu próprio espaço dentro das Relações Internacionais e da Ciência Política, no entanto o tópico do idioma costuma ser delegado para seus respectivos estudiosos, como se fosse constituído por gramáticas e dicionários apenas.

A pesquisa se faz necessária considerando esse espaço deixado em aberto, buscando realizar uma análise que suscite localizar o papel interpretado pela língua na formação do Estado-nação e das identidades nacionais.

O primeiro capítulo é dedicado a contextualizar o que é entendido por nação, utilizando como base autores consagrados do tema, marcando especialmente a influência de Anderson (2008) e Hobsbawm (2004) neste trabalho, além dos seus pontos de vista e criticismos necessários. Será abordada como a língua configura os trabalhos desses autores e como eles a consideram importantes ou não importantes para o que estão analisando. Com o acréscimo de Ernest Gellner (1983), o objetivo é montar um “colchão teórico” que ajude a pesquisa a sustentar os argumentos nos capítulos posteriores.

Logo em seguida, com a finalidade de estender o que está entendido por nação, seremos apresentados ao livro mencionado de Closs Stephens, uma autora que está preocupada em entender a insistência ou fascinação ao nacionalismo impregnada em todos os tópicos de política internacional. Com Stephens, é feita uma virada para relacionar a discussão com o questionamento linguístico proposto aqui.

No segundo capítulo introduzo contribuições da literatura da Linguística que vem a compor o maior corpo teórico da pesquisa, com nomes como Wright (2004), Orman (2008), Grillo (1983), O'Rourke (2011) e outros. O capítulo é dedicado a entender como o tratamento que as línguas recebem do Estado-nacional difere do tratamento que as mesmas recebiam nos modos de organização pré-modernos, como os reinos monárquicos e o feudalismo. Somente através dessa distinção é que podemos realizar uma análise comparativa e entender o que mudou, além do porquê. O capítulo também trará uma seção destinada a esclarecer termos da Linguística que são importantíssimos para este estudo: política linguística, planejamento linguístico e transição linguística.

Como o capítulo demonstrará, as identidades nacionais podem ser arquitetadas por meio da política e do planejamento linguístico, o que comumente aparece no conceito de “uma nação, uma língua”. Mesmo em meio a um cenário de explícita pluralidade étnica e linguística, muitos Estados nacionais se recusam a aceitar uma condição multicultural, ou aceitam com relutância e sob campanhas que buscam assimilar ou apagar completamente o grupo destoante do que é entendido como padrão nacional. Quase sempre, como a pesquisa deseja apontar, é possível observar esses conflitos fermentando através de medidas que atingem as minorias indiretamente, por mirar na língua que elas falam.

No capítulo três, ao mobilizar dois estudos de caso - Reino Unido e França -, pretende-se expor como os processos de formação do Estado-

nação e das identidades nacionais podem ser categorizados em dois modelos, representados pelos casos escolhidos. No Reino Unido enfrentamos uma identidade multicultural, baseada na suposta união entre os povos celtas e anglo-saxões, enquanto na França o fervor revolucionário e republicano foi capaz de criar uma ideia de identidade nacional que representasse a modernidade e o avanço. O foco do capítulo será entender a diferença entre esses modelos e, principalmente, como as línguas protagonizaram os mesmos.

Não se almeja afirmar que tais modelos são universais ou regras para todo processo de construção de Estado-nação que ocorreu, no entanto, considerando a influência das duas regiões abordadas, os modelos são capazes de elucidar uma tendência, no mínimo.

Ao fim, espera-se que seja possível melhor compreender a relevância de uma intersecção entre algumas áreas do conhecimento, especialmente a que é realizada aqui com a participação da Linguística. As temáticas envolvendo nação, nacionalismos e disputas étnicas sempre serão cruciais, poderosas e perigosas. O sistema internacional, afinal, é constituído por Estados que muitas vezes consideram-se sinônimos de nações, grupos unificados em cultura, história e língua. É por isso que urgência e a persistência do tópico jamais cessará, mas talvez seja possível construir uma narrativa que, ao olhar para suas entranhas, observe estruturas menos monolíticas.

1. Sobre a formação do Estado-nação, a comunidade imaginada e a língua: um campo insuficientemente explorado

Este primeiro capítulo tem como objetivo definir o conceito de nação e nacionalismo, através, principalmente, dos trabalhos de Benedict Anderson, Ernest Gellner e Eric Hobsbawm, três autores consagrados por consolidar o assunto no campo acadêmico das ciências sociais e políticas. Será analisado como o modelo de organização política dominante hoje - justamente o Estado-nação - se diferencia dos modelos anteriores vigentes na Europa (local nos quais os autores estão situados e que é predominante na literatura), como o feudalismo e o Estado absolutista monárquico. A partir de outras vozes mais contemporâneas dialogando inclusive com as Relações Internacionais, como Judith Butler e Angharad Closs Stephens, procura-se pôr em questionamento a forma tal qual o hífen em Estado-nação foi abordado e também tornado invisível pelas Relações Internacionais. As definições e provocações providas por esses autores serão destrinchadas, buscando situar o contexto de cada um e como a questão linguística aparece (ou não aparece) nos textos utilizados.

Na década de 1980, o cientista político Benedict Anderson publica o livro *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo* (2008), um estudo investigativo acerca do fenômeno do nacionalismo que viria a tornar-se obra canônica da área. O termo *comunidades imaginadas* cunhado por Anderson passou a representar uma nova definição teórica sobre o nacionalismo, uma que no entanto não o tratasse como uma grande ideologia aplicada apenas a determinados grupos (“Nacionalismo-com-um-grande-N”), como foi lugar comum na literatura que seguiu as grandes guerras. O livro de Anderson inaugurava, junto de outros autores publicando no mesmo período, uma investigação que

priorizava a perspectiva voltada aos aspectos sociais e identitários, partindo de uma análise de nível macro no qual, como um historiador, documenta como o conceito da nação rompeu de seu berço, segundo ele localizado na América espanhola, até sua consolidação na Europa e reprodução nos continentes africano e asiático.

A nação, segundo Anderson (2008), é uma comunidade política imaginada, limitada e soberana, construída socialmente através de um processo histórico movido por forças sociais e materiais. É imaginada, pois mesmo a nação com o menor dos territórios não terá em sua população uma completa partilha de convivência; os membros não são capazes de reconhecer todos uns aos outros, talvez sequer ouviram falar dos vizinhos dos seus vizinhos. Independentemente da realidade de distância física, a nação é responsável por emular uma sensação de fraternidade: sua existência é permitida porque um número significativo de pessoas é capaz de ‘imaginar-se’ parte desse grupo. É uma definição paralela à apresentada pelo antropólogo checo-judeu Ernest Gellner em um trabalho publicado no mesmo ano que a obra de Anderson, 1983, o livro *Nations and nationalism*.

Gellner, apesar de desenvolver um conteúdo bem distinto ao de Anderson, determinou o nacionalismo como “um princípio político, um sentimento ou um movimento” que assegura a unidade nacional e política como objetos que devem ser congruentes. Em suma, o nacionalismo é uma teoria de legitimação política que requer das fronteiras étnicas que elas não ultrapassem as [fronteiras] políticas e, em particular, que as fronteiras étnicas - um contingente já formalmente excluído pelo princípio em sua formulação geral - não devem separar os detentores de poder do resto (GELLNER, 1983).

Ainda sobre Gellner, o autor aparece como uma das figuras mais influentes nos estudos sobre nação e nacionalismo, seu nome listado em praticamente toda a bibliografia do tema. Em seu texto, Gellner sustenta a

ideia de que a nação é uma invenção humana e localiza essa invenção como parte da trajetória até o mundo moderno, sendo nisso influenciado fortemente pela Ética protestante e o espírito do capitalismo de Max Weber no seu entendimento do que significa ser moderno.

Segundo Gellner, o nacionalismo torna-se possível somente, em primeiro lugar, por meio do clássico princípio vestfaliano sobre o sistema de estados. Em segundo lugar, e aqui está uma condição amplamente aceita por todos os autores, é de que o nacionalismo foi feito viável graças ao sistema de educação em massa, e a ele combinado o método de comunicação padronizada e a facilidade dessa comunicação em atravessar o território do Estado. Aqui, cabe colocar que Gellner enxerga no movimento nacionalista uma representação do entrelaçamento entre Estado e cultura, ainda que, curiosamente, cultura para ele seja um organismo inventado. Em sua pontual colocação: “O Estado é, acima de tudo, o protetor, não da fé, mas da cultura, e o mantenedor de toda a inescapável e homogênea padronização do sistema educacional” (GELLNER, 1983. p. 110).

O autor apresenta, assim, o nacionalismo como uma figura integral da transição para a sociedade industrial, comprometida com produção em larga escala, enquanto o espírito capitalista engloba a questão econômica, acumulando riqueza, desenvolvendo tecnologia e crescimento científico. De acordo com Gellner, e novamente numa definição weberiana, a modernização envolve um locus racional que permite a concepção de um mundo homogêneo, sujeito ao sistemático e aberto para a exploração. No entanto, reside ainda em Weber uma ambivalência diante do que consistia a racionalidade, o que não parece presente em Gellner, “que vê os processos guiados pelo Estado-nação racional como positivos no final” (STEPHENS, 2013, p. 18).

Em Gellner, a língua não ocupa o espaço que vem a tomar nos outros autores, aparecendo entrelinhas quando ele fala sobre o sistema educacional, mas é importante expor sua perspectiva uma vez que a mesma é influente e aparecerá repetidamente durante este trabalho. Este caminho é feito na intenção de guiar o capítulo para o tema central: o relacionamento entre o Estado nacional e o apagamento da diversidade linguística. Uma vez declarados os textos, é preciso apontar uma lupa para os mesmos e identificar onde e de que forma a linguagem toma lugar na discussão. Pode-se dizer então, que Gellner se encontra em paralelo com os expoentes da Linguística que, como será apresentado mais adiante, prezavam pela modernização das línguas e, possivelmente, até mesmo uma língua franca internacional. É um entendimento sobre desenvolvimento que se apresenta de forma histórica, com temporalidade linear - do primitivo ao avançado -, no qual o estágio do nacionalismo seria uma espécie de meio termo. Se o nacionalismo para Gellner é historicamente inevitável, também o é a padronização linguística e o desaparecimento das línguas “primitivas” ou subdesenvolvidas.

Retornando então à Comunidades Imaginadas, o que Anderson apresenta nesse livro de forma inédita é uma presença constante do tópico da linguagem. Para ele, um dos fatores fundamentais para o estabelecimento da nação foi o capitalismo tipográfico [*printing press capitalism*] e a supressão sofrida pelo latim quando a Igreja Católica perdeu força e as línguas literárias, que se desenvolviam nos círculos dominantes, tomaram aos poucos o espaço de importância. A língua está longe de ser o objeto principal do livro de Anderson, mas ele a usa brilhantemente. Buscando na historiografia do livro de Febvre e Martin - *The Coming of the Book: The Impact of Printing, 1450-1800* (1976) -, Anderson traça uma sequência linear de eventos que ilustra como o mosaico dos grupos étnicos europeus vieram a ser amontados dentro da ideia de nação através da

literatura e do livro, frequentemente escritos na língua escolhida pela elite local. Ao capitalismo tipográfico, ele atribui a capacidade de ter evitado lidar com as milhares de línguas particulares - seria um desafio impossível criar um mercado editorial para cada -, criando as línguas impressas, reproduzidas mecanicamente e capazes de se disseminar (ANDERSON, 2008). Ele afirma:

Essas línguas impressas lançaram as bases para a consciência nacional de três maneiras diferentes. Em primeiro lugar, e acima de tudo, elas criaram campos unificados de intercâmbio e comunicação abaixo do latim e acima dos vernáculos falados. Os falantes da enorme diversidade de variantes francesas, inglesas e espanholas, que achariam difícil ou mesmo impossível se entender oralmente, puderam se entender através do papel e da letra impressa. Com isso, foram tomando consciência gradual das centenas de milhares, e até milhões, de pessoas dentro daquele campo linguístico particular, e ao mesmo tempo percebendo que *apenas estas* centenas de milhares, ou milhões, pertenciam a tal campo. Esses companheiros de leitura, aos quais estavam ligados através da letra impressa, constituíram, na sua invisibilidade visível, secular e particular, o embrião da comunidade nacionalmente imaginada. (ANDERSON, 2008, p. 79-80) [grifo do autor].

No entanto, mesmo após o reconhecimento do papel interpretado pela linguagem, Anderson finaliza o capítulo dizendo que a “formação concreta dos Estados nacionais contemporâneos não guarda nenhuma relação isomórfica com o campo de abrangência das línguas impressas”. Para ele, o fato de que algumas nações modernas compartilham línguas impressas como línguas nacionais, tal qual os Estados nacionais da América espanhola ou das ilhas britânicas fazem com o espanhol e o inglês, servem como evidência de que existe um rompimento entre as línguas e a consciência nacional.

Por fim, completando o trio de autores principais está Eric Hobsbawm. Hobsbawm é responsável por no mínimo duas obras relevantes ao assunto, *A invenção das tradições* (2018) - editado com Terence Ranger - e *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade* (2004), ambos trabalhos que reforçam a modernidade do conceito de nação e buscam demonstrar, de forma crítica, o espaço ocupado pela ficção nesses

movimentos. Hobsbawm é um historiador britânico que compartilha do posicionamento teórico de Anderson, mas seu trabalho diverge de ambos Anderson e Gellner - autores com quem dialoga e utiliza - em diversos pontos.

Começando na introdução de Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade, Hobsbawm tece uma narrativa peculiar para apresentar o objetivo do livro: supondo que um historiador intergaláctico, ao aterrissar no planeta Terra, então morto, fosse pesquisar as causas da catástrofe do planeta. Esse historiador espacial, diz Hobsbawm, concluiria que os últimos dois séculos da história humana é incompreensível sem o entendimento do significado de “nação” e o vocabulário derivado da mesma. A narrativa contada pelo autor é capaz de ilustrar como a nação tornou-se em tão pouco tempo uma força inigualável na conjuntura da organização humana e consequentemente, do sistema internacional. Daí por diante, o livro é dividido em seis capítulos dedicados a explorar leituras variadas debruçadas sobre a pergunta eterna (“o que é a nação?”), do ideal liberal ao posicionamento marxista familiar a ele. Curiosamente, Hobsbawm é o único dos autores mencionados que inclui na sua bibliografia um nome da Linguística que será apresentado posteriormente, Joshua Fishman.

Hobsbawm decide ilustrar o início do nacionalismo através do vocabulário da matéria em si. Dando jus à categoria de historiador, ele repete a estratégia de Anderson e busca uma narrativa cronológica dos eventos. Como o autor aponta, após a pesquisa em várias edições do Dicionário da Real Academia Espanhola, a terminologia de Estado, nação e língua no sentido moderno não aparece antes da edição de 1884¹:

¹ Para obter essa informação, Hobsbawm utiliza *Llengua, nació i estat al diccionario de la real academia espanyola*, de Lluís García i Sevilla (1979). O dicionário em questão, assim como volumes anteriores e recentes, hoje está disponível para consulta online no *Mapa de diccionarios* do site da Real Academia Española. Disponível em: <<http://www.rae.es/recursos/diccionarios/diccionarios-antiores-1726-1992/mapa-de-diccionarios>>. Acesso em: 14 de junho. 2019.

Aí, pela primeira vez, aprendemos que a *lengua nacional* é “a língua oficial e literária de um país e, à diferença de dialetos e línguas de outras nações, é a língua geralmente falada”. A mesma relação é estabelecida no verbete “dialeto” entre este e a língua nacional. Antes de 1884, a palavra *nación* significava simplesmente “o agregado de habitantes de uma província, de um país ou reino” e também “um estrangeiro”. Mas agora era dada como um “Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum” e também “o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerados como um todo” (...) (HOBSBAWMN, 2004, p. 27). [grifo do autor].

Hobsbawm parte de uma localização específica - o espanhol - porque a palavra *nação* é originária das línguas românicas. E aqui, ele continua, o termo *gobierno* não é especificamente conectado ao conceito de *nación* até 1884, assim como *tierra* não era conectada a Estado. É somente em 1925 que aparece a noção emocional de pátria; o que antes significava apenas “o lugar ou terra onde nascia”, é uma palavra que hoje representa a mescla da terra com um profundo afeto pessoal, um movimento que segundo o autor, foi realizado pelo nacionalismo. Esta relação entre os dicionários e o momento histórico em que as definições foram neles feitas ajuda a criar uma importante evidência para macular o mito das “nações eternas” mobilizados pelos discursos políticos e, de uma certa forma, pelo senso comum. O que Adam Smith pretendia por nação no título de seu famoso livro, *A riqueza das nações* [de 1776], certamente não equivale ao imaginário que circula a nação no século XXI, mesmo que Smith fosse contemporâneo de uma época na qual o ideal caminhava para ebulição.

Então, o intuito de Hobsbawm em localizar uma essência ou definição para o nacionalismo enxerga na língua uma forma possível de se alcançar esse objetivo. Ele vai bem mais além do que Anderson na exploração da linguagem, buscando contextualizar o que aparece em seu texto como nacionalismo linguístico, ou étnico em outras literaturas - uma tese constituída pela noção de que a identificação primária de um povo é a língua, e um povo falante da mesma língua formaria uma nação -, que

Hobsbawm parece entender como exibições de nacionalismos específicos ou até fracassados, dependendo do caso.

Mas Hobsbawm demonstra uma perspectiva no mínimo pragmática, e chega a afirmar que “onde a supremacia da nacionalidade estatal e da língua estatal não estava em questão, a nação poderia acolher e patrocinar os dialetos e línguas menores e as tradições históricas e folclóricas das comunidades menores que continha, ao menos para provar o espectro de cores de sua palheta macronacional” (HOBSBAWM, 2004, p. 47). Dessa forma, a preocupação com a questão linguística em sua obra aparece como uma qualidade, mas também como problema. A ideia de um estado macronacional ou multicultural que de alguma forma valoriza ou patrocina culturas regionais será disputada criticamente aqui, uma vez que é observado pelos autores da próxima parte precisamente o processo contrário - a purificação do folclore e a estigmatização das culturas regionais.

Nos capítulos seguintes do livro, Hobsbawm trilha dois caminhos que parecem opostos: ao mesmo tempo em que exalta, como fez Anderson, o fato das línguas nacionais europeias da atualidade serem “línguas construídas”, provindas das elites e patrocinadas pelo Estado através do sistema educacional, posteriormente faz a seguinte colocação:

Em resumo, deixando de lado casos especiais, não há razão para supor que a língua tenha sido apenas mais do que um entre os muitos critérios pelos quais as pessoas pertenciam simbolicamente a uma coletividade humana. *E é absolutamente certo que a língua não tinha ainda um potencial político.* Como um comentador francês da torre de Babel observava em 1526: “Existem agora mais do que LXXII línguas, porque existem agora mais nações diferentes na terra do que havia naqueles dias” (citação?). *As línguas multiplicaram com os Estados, e não o contrário.* (HOBSBAWM, 2004, p. 78). [grifo meu].

A frase destacada é facilmente rebatida por qualquer acadêmico da área da Linguística, o que será visto no próximo capítulo. Como é o propósito desta pesquisa investigar, os Estados nacionais de fato criaram línguas - as oficiais; nacionais -, mas mutilaram e apagaram em número bem maior no caminho. Ainda que a maioria da população, iletrada, não

tenha sido afetada nos primeiros momentos da implosão do Estado-nação, a língua é, absolutamente, um fator de potencial político e não apenas mais uma característica cultural, como o próprio Anderson demonstra em *Comunidades Imaginadas*, talvez sem perceber, ao falar sobre a força das línguas sagradas como o árabe e o latim em unir populações distintas. O próprio impacto causado pelo capitalismo tipográfico poderia contrargumentar tal afirmação, uma vez que foi responsável por uma reforma absoluta dos meios religiosos (e novamente, numa população de maioria não-alfabetizada).

No posicionamento de Hobsbawm, claramente inspirado por Gellner, os nacionalismos precedem as nações e as nações não fazem Estados. Para o propósito dessa pesquisa, não é produtivo imaginar uma ordem e sim que os processos ocorrem simultaneamente. Hobsbawm enxerga na língua apenas um meio para o qual tentar caracterizar, investigar ou definir o nacionalismo, e não como um instrumento ou entidade de força própria. Mas dito isso, há uma inversão possível na colocação de Gellner e Hobsbawm: o Estado é capaz de criar seu próprio nacionalismo, e uma das ferramentas que utiliza para tal é a política linguística e o planejamento linguístico.

1.1. Contextualizando a persistência do nacionalismo e por quê falar sobre língua

Nesta seção, será construído um cenário para dar continuidade a discussão. Uma vez que entendida a definição de nação como uma comunidade imaginada, forjada através da combinação de elementos sociais, políticos e materiais, e que seja ela fictícia, seu formato pode ainda assim ser considerado um avanço nos termos da organização social humana por algumas vias de pensamento; o que nos resta então é contextualizar a

relevância do nacionalismo para a contemporaneidade, e como questões envolvendo língua aparecem submersas ao tema.

O texto com o qual se inicia o percurso é “The Persistence of Nationalism”, de Angharad Closs Stephens (2013). A autora enxerga dificuldades em escapar do nacionalismo, apesar da abundância de trabalhos sobre identidades como contingentes performados ao invés de estáveis e sólidos, especialmente a partir da década de 1980, o nacionalismo permanece pervasivo e pernicioso. Sua proposta é uma reflexão ao porquê disso, perguntando-se “O que sobre o nacionalismo é capaz de assegurar que o mesmo tenha uma força tão duradoura na política global contemporânea? Por quê o nacionalismo persiste mesmo depois de tantas tentativas no último quarto de século de contestar seus fundamentos?”.

A intenção de Closs Stephens é engajar com essas perguntas, encarando o conceito de nacionalismo como um discurso de poder e um discurso de crítica. Stephens inicia o livro definindo o nacionalismo como fenômeno dependente do princípio de soberania do Estado. Para ela, seu objeto de estudo é entendido como uma ferramenta do Estado, mobilizada para fundamentar a discriminação entre “nós” e “eles”, ou “cidadãos” e “estrangeiros”.

Como a autora reflete através de uma colocação pontual de outro nome de referência no nacionalismo, Anthony W. Marx - que parece disputar um pouco a relação entre Estado e nacionalismo exposta por Stephens, e coincide, de certa forma, com a categoria de nacionalismo linguístico ou étnico que aparece em Hobsbawm -, “o nacionalismo aparece como uma força que pode coincidir com o Estado e lhe prover legitimidade e aceitação do monopólio sobre o uso da força, mas também é capaz de deslegitimar o Estado e ameaçar o seu poder coercitivo” (W. MARX apud STEPHENS, 2011, p. 2). Isso nos permite imaginar que talvez os nacionalismos pequenos, os inventados por ocasião de resistência anti-

colonial ou por minorias étnicas que não se sentem representadas pelo Estado do seu território; os que possivelmente não se baseiam através de conexões como a língua ou ao contrário, quando a língua é justamente sua principal cola cultural; em suma, os nacionalismos que “falham” em montar seu próprio Estado nacional (como acontece com os nacionalismos regionais dentro da Espanha e do Reino Unido) persistem relevantes porque são capazes de corromper ou fragilizar a identidade nacional principal, vestida e promulgada pelo Estado.

Stephens prossegue elencando uma série de autores para montar a discussão sobre nacionalismo. Buscando base no trabalho do geógrafo Matthew Sparke (2005), ela escolhe ressaltar que o hífen em *estado-nação* é uma indicação mais do que uma convenção etimológica, algo que aponta para um poderoso processo de fazer mundo [*world-making*]. Assim, ela parece dar substância a sua posição inicial de que o nacionalismo seja um conceito dependente da ideologia de soberania do Estado, responsável pelo “fazer mundo”, entretanto assume que a própria ideia da soberania do Estado depende da criação de uma imaginação política particular, capaz de lhe prover os meios nos quais atuar. No fim, é uma relação de co-dependência.

Aqui Stephens ressalta, repetindo posições de Anderson e Michael Billig, que o nacionalismo não pode ser alinhado exclusivamente com ideologias políticas como o marxismo, liberalismo, conservadorismo e socialismo. É possível, inclusive, fazer uma conexão com o fato do ponto de partida de Anderson para a confecção de seu livro ter sido precisamente entender como países influenciados pelo marxismo, como o Vietnã e a China, tinham tornado-se nacionalistas se a ideologia do Estado nacional era, no mínimo, contraditória aos sentimentos internacionalistas do marxismo.

Já Billig (1995) é mencionado por sua posição de que acontecia na ciência social uma ‘banalização’ do nacionalismo, argumentando que a performance da identidade nacional acontece em todos os lugares, nas escalas micro e macro. Apesar de Stephens aceitar essas proposições, ela deseja ir além e situa que o nacionalismo faz parte de um imaginário mais largo, repetindo que a nação se calcifica na presunção da soberania do Estado, mas envolve um jeito particular de observar o mundo. Como o geógrafo Jon Agnew narra e ela sublinha, é uma forma de pensar o mundo que emerge paralela ao capitalismo na Europa e se forma através do contato da Europa com ‘o resto do mundo’ (1998). Um jeito distintivamente moderno, no sentido de que o mundo é entendido como separado ao mesmo tempo em que é visualizado inteiro, como parte de um mapa, “ordenado ao longo de uma escala contínua” (STEPHENS, 2011, p. 5).

Importante levantar que esse contato da Europa com ‘o resto do mundo’ é responsável por fazer ‘o resto do mundo’ passar a pensar como ela, talvez literalmente, através da colonização da fala, ao transformar as línguas europeias em línguas (que dominaram as) americanas e asiáticas. A escala contínua do mapa já funciona na pressuposição de um modelo específico de mapa, pensado e produzido a partir da história particular da Europa. Quando trago as questões sobre linguagem e idioma nesta pesquisa, sempre está nas entrelinhas o corpo intelectual e imaginativo que acompanha o arcabouço de toda língua.

Retornando à Stephens, ela prossegue a argumentar que o nacionalismo precisa ser aproximado no contexto dessa comunidade política imaginária como especialmente limitada, e com comunidades políticas ordenadas ao longo da escala citada, comumente visualizada no modelo do mapa-mundi. É, de uma certa forma, a posição teórica tomada acerca do nacionalismo que esta pesquisa opta por sustentar - uma comunidade política imaginada -, acrescentando que tal comunidade

somente pode ser realizada a partir da produção de indivíduos com determinadas identidades nacionais; indivíduos construídos na juventude ou formatados na maturidade com a ajuda das políticas linguísticas que serão o foco dos próximos dois capítulos.

E novamente, ecoando a clássica e já batida expressão “comunidades imaginadas” de Anderson, Stephens reflete sobre como o conceito de comunidades imaginadas persiste a dominar as entradas críticas nos estudos de nação e nacionalismo de um jeito que o autor não poderia ter previsto. De acordo com ela, o livro seminal de Anderson causou uma revolução ao nos encorajar a analisar as condições que nos permitem imaginar as nações, ao invés de tratá-las como organismos sólidos que são inevitáveis no mundo moderno. Stephens decide chamar atenção para o fato de que o trabalho de Anderson fez sucesso em um determinado contexto temporal - as décadas de 1980 e 1990 - e que se esbaldava dos fundamentos-chave dos estudos sobre construções sociais, utilizando uma perspectiva social-construtivista então dominante nas perspectivas críticas desse campo de estudos. Ela deixa isso explícito como uma crítica, pois considera que o construtivismo limita as possibilidades de se enxergar comunidades para além da nação, dizendo que a abordagem “parece tornar o nacionalismo historicamente inevitável” (p. 25). Recorrendo a Paul James e Rogers Brubaker como tipos de autores da teoria crítica que disputam a questão real-imaginária da nação, por vezes a autora transmite a impressão de estar andando em círculos ao redor do tema, tentando evitar a fatalidade do que aparece como determinado em todas as leituras que elenca.

Com Paul James, no livro *Globalism, Nationalism, Tribalism: Bringing Theory Back In* (2006), surge a proposta de que a capacidade criativa humana seja tamanha que “nos deixa incapazes de perceber como os apegos nacionais tornaram-se tão poderosos”. Aqui, é quase como se James afirmasse que tamanha atenção voltada as postulações críticas [ao

nacionalismo] talvez nos faça pensar que seja impossível resistir a nação ou criar uma força de organização social que não seja ligada em termos nacionais. Argumento que é o caso contrário, pois como será visto adiante, a relação da composição linguística com etnicidade e comunidades no período pré-moderno nos aponta para a existência de outras formas de organizações sociais, formas que não se apoiam ou são baseadas no nacionalismo (refiro-me não aos grandes sistemas como feudalismo e monarquia, mas as comunidades regionais e as identidades localizadas); da mesma forma, também existem os laços internacionais que as comunidades falantes de uma mesma língua acabaram formando - por ocasião da colonização quinhentista -, como acontece na identidade conjunta da América latina *hispanohablante*.

É importante notar, o livro de Angharad está localizado no contexto “contra o plano de fundo” da Guerra Global ao Terror. Por conta disso, eventualmente o foco e argumentação que seguem ao redor do livro desviam-se do propósito do estudo sendo apresentado aqui. É inegável, porém, que a autora nos oferece um ótimo terreno intelectual: a persistência do nacionalismo, aqui complemento, só pode ser entendida, em primeiro lugar, através da compreensão da sua formação e de sua atuação na construção das identidades dos indivíduos e dos próprios estados.

Quando Stephens propõe a pergunta “qual é a persistência do nacionalismo?” ou se ele é mesmo inevitável, a pergunta é ampla e abstrata, condizente com seu propósito mas inevitavelmente aberta, branda. Direciono a discussão para uma questão menor, porém tão importante quanto: “O que é capaz de explicar a insistência dos apoiadores de Trump em gritarem ‘*Speak English*’ para as pessoas que não consideram americanas e parte de sua nação?” e “qual é a necessidade sentida pela França em promulgar sua língua nacional no âmbito internacional, além de

frisar para dentro do próprio território que aqui se fala francês?”, esses são os questionamentos que norteiam as discussões adiante.

Para caminhar ao fim do capítulo, chamo atenção para o diálogo entre as filósofas Judith Butler e Gayatri Chakravorty Spivak publicado em forma de livro com o título “Who sings the nation-state?” (2007). Butler e Spivak são reconhecidas por trabalhar com linguagem e os assuntos discutidos entre as duas circulam por Estado, globalização e migração. As duas examinam esses temas utilizando principalmente a obra clássica de Hannah Arendt, “Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo”, lançada pouco depois da Segunda Guerra.

Para os propósitos desta pesquisa, o que será retirado do diálogo concerne ao trabalho de Arendt e a um breve momento da discussão na qual Butler questiona o impacto do hino nacional estadunidense quando cantado por imigrantes em espanhol, seguido por uma excelente proposição de Spivak acerca da natureza da linguagem do estado-nação.

No livro seminal de Arendt, como lembram Butler e Spivak, a autora argumenta que o estado-nação, como uma forma, isto é, como uma formação de estado, está estruturalmente unido com a recorrente expulsão de minorias nacionais. Em outras palavras, o estado-nação é responsável por criar as categorias citadas acima em Stephens, nós e eles, assumindo que a nação possui uma determinada identidade nacional expressa em “nós”, não “neles”. Essa identidade nacional só se realiza através de um determinado consenso de nação, fundamentado a partir do Estado e das elites em poder. Então, se assume a existência de uma correspondência entre os dois itens, nação e Estado.

Aqui, é repetido o consenso de que a nação, a partir dessa perspectiva, é singular e homogênea, ou pelo menos é moldada para atingir essa almejada singularidade, para ir de encontro aos requerimentos do Estado. Butler reforça que o Estado deriva legitimidade da nação (p. 30-31).

Com isto em mente, ao discutir sobre exceções e resistências, tópicos queridos ao trabalho de Butler, ela busca inspiração em atos de protesto que aconteceram nas cidades da Califórnia durante o governo Bush. Protagonizado por residentes ilegais, as demonstrações de rua incluíram cantar o hino do México e dos Estados Unidos, esse último em uma versão adaptada para o espanhol.

Cantar um hino é uma expressão de amor a pátria, é uma música a ser entoada por várias vozes em conjunto. Butler afirma que o exemplo do protesto representou ‘a capacidade da pluralidade nacional’, em oposição à declaração feita na época pelo presidente George W. Bush de que “um hino só funciona em uma língua”.

Mas, como coloca Spivak, a língua é um dos critérios de assegurar controle sobre quem pertence e quem não pertence na nação (p. 59). Na verdade, talvez seja o primeiro desses critérios. Diz ela:

What is important to remember, across more or less benign situations, is that the national anthem, incidentally unlike the International (or “We shall overcome”), is in principle untranslatable. (SPIVAK, 2007, p. 73).

A autora prossegue nos dando o exemplo do hino nacional da Índia. O hino, chamado Jana Gana Mana, foi composto originalmente em bengali pelo poeta bengali Rabindranath Tagore, mas precisa ser cantado em hindi, ainda que sem nenhuma mudança no vocabulário ou na gramática. O hino cita sete religiões, vários lugares com diferentes nacionalidades e diferentes alfabetos, mas a língua do hino em si não pode ser negociada. Então, por mais que Butler apresente uma perspectiva interessante, a frase de Bush parece sobressair como verdadeira: um hino só funciona em uma língua, até mesmo quando estamos falando de Estados tão multiculturais como a Índia. Inclusive, o ato de resistência elaborado pelos imigrantes é uma perturbação

que pode ser mobilizada contra os mesmos, acordando uma expressão do ‘nacionalismo exacerbado’ ou ultranacionalismo, que reage com violência a qualquer maculação dos seus símbolos sacros.

Este foi um caminho trilhado visando conduzir a pesquisa para as questões que serão abordadas nos capítulos seguintes. Vimos as obras mais influentes que abordam o nacionalismo, situadas num período em que a discussão deu uma guiada em direção aos estudos culturais, e uma vez estabelecidas as definições, vimos como esses autores localizaram a função da língua em suas obras. Além disso, foi apresentado também como o nacionalismo perdura estimulando questões contemporâneas fundamentais das Ciências Políticas e das Relações Internacionais.

Já estabelecida essa base conceitual, daqui por diante a questão linguística subverte nação e nacionalismo e toma o protagonismo da pesquisa.

2. Os processos de apagamento da diversidade linguística: formando identidades nacionais

O presente capítulo objetiva expor algumas das táticas, reformas e processos de *nation-building* e como esses métodos foram responsáveis pelo apagamento da diversidade linguística em seus territórios. Para isso, considerando a crítica feita a Anderson e Hobsbawm no capítulo anterior, será montada uma seção dedicada a estabelecer qual era o papel interpretado pelos idiomas durante os períodos da sociedade feudal e monárquica com base no que os autores da Linguística e da historiografia produziram sobre o assunto.

Na literatura da Linguística encontramos dois problemas. Em primeiro lugar, os autores não costumam desenvolver ou adentrar o tópico da nação e do nacionalismo. Os nomes canônicos apresentados no primeiro capítulo, Gellner, Anderson e Hobsbawm, não exibiram a mesma influência sobre a área. Isso porque existe uma tênue separação intelectual-acadêmica entre a Linguística e as Ciências Políticas, com a Linguística por vezes se distanciando silenciosamente da categoria de ‘ciência humana’ e aproximando-se do ideal de ‘ciência dura’.

Existem escolas de pensamento em ambas as disciplinas que, apesar de estarem discutindo questões parecidas, não são formuladas em conjunto. Por exemplo, um dos mais famosos linguistas, Noam Chomsky, é também um nome de referência dentro da sociologia, mas sua reputação em ambas as áreas do conhecimento se dá por trabalhos completamente individualizados nas suas respectivas categorias.

Então, apesar de Anderson e Gellner aparecerem em alguns dos autores (WRIGHT, 2004; SPOLSKY, 2004 e 2011) que veremos aqui, ao verificar a bibliografia dos livros sobre política linguística e conflitos linguísticos, percebe-se que não há uma confluência exata de fontes. Em

segundo lugar, está o problema da definição: Estado, nação, Estado-nação, grupo étnico ou Estado étnico, ou todos esses? Talvez pelo exato motivo mencionado acima - a inexistência de uma interdisciplinaridade -, é comum que outros autores (FISHMAN, 2006; AGER, 1998 e 1999) tropecem ao usar essas terminologias, por vezes utilizando-as como sinônimos ou assumindo que o leitor as esteja lendo de acordo com a definição do dicionário ou do senso comum.

Com isso em mente, daqui por diante dois autores em particular serão frequentemente evocados, Sue Wright e Jon Orman, ambos incorporando o ramo da Linguística aplicada e da filosofia da linguagem. Começando por Orman, o pesquisador concluiu seu doutorado com a tese *Language Policy and Nation-Building in Post-Apartheid South Africa* - posteriormente transformada no livro utilizado aqui -, e dedica o capítulo introdutório ao problema da definição dos termos nação e nacionalismo.

Na sua pesquisa, Orman utiliza Renan, Stálin e Weber com a finalidade de alegar a não existência da unanimidade acadêmica para a pergunta fundamental ‘o que é uma nação?’. Orman, apresentando o cientista político Walker Connor como um dos defensores da categoria nação étnica - *A nation is a nation, is a state, is an ethnic group, is a...*² -, explica concordar com a ideia de que a nação é um conceito intangível, “sua essência, um laço psicológico que une pessoas e as diferencia, está apenas no subconsciente de seus membros” (WALKER apud ORMAN, 2008, p. 11), mas diz que tal definição pode ser aplicada também a grupos étnicos, entendendo que há uma diferença entre os dois.

Assim, não é incomum que os termos nação e grupo étnico sejam usados como se representassem o mesmo significado. Como se percebe acontecer na própria linguagem, posto que comumente as palavras designadas para ‘pessoas’ é a mesma usada para representar ‘nação’, como

² Título do capítulo de Connor para o compilado da Oxford Reader, *Nationalism* (editado por John Hutchinson e Anthony D. Smith), 1999.

no caso do russo *narod*, o afrikaans *nasie* e o alemão *Volk* (ORMAN, 2008). Prosseguindo no texto, Orman mostra que seu objetivo é esclarecer a dicotomia entre grupo étnico e nação civil.

De acordo com o nacionalismo étnico, a participação na nação é majoritariamente involuntária; é determinada pela sua condição de nascimento e crença na cultura e origem compartilhada. O que Orman chama de participação seguindo as regras da tradição cívica é, a princípio, o pertencimento formal legal a uma comunidade, por razão de nascimento em território e pela conferência de direitos civis³. Quando chegamos ao posicionamento final de Orman, a conclusão é de que a nação é composta por uma mistura de elementos pré-modernos e modernos.

Os elementos modernos seriam as categorias políticas e civis responsáveis por distinguir a nação civil dos grupos étnicos, adotando a perspectiva da nação enquanto uma evolução para a modernidade, mas afirmando que existem elementos étnicos (pertencentes a pré-modernidade) na base de toda nação: uma memória subjetiva cultivada por seus membros, podendo constituir em símbolos e mitos compartilhados. Orman fala de etnicidade como um fator comum da continuidade histórica, um fator que ligaria a *não-politizada* identidade pré-moderna com a identidade nacional moderna, pertencente ao corpo do que é político.

Para o estudo de Orman, preocupado com o Estado pós-colonial e poli-étnico da África do Sul, a divisão do Estado em modelos distintos é um artifício útil, mas que não será ecoado nesta pesquisa, cujo um dos propósitos é precisamente apontar como, independentemente da qualidade apresentada, o Estado inerentemente caminha para a homogeneização ou formação de uma hierarquia de identidade. Procura-se, com estas reflexões, cementar o chão das categorias a serem utilizadas nesta pesquisa. Será

³ Uma definição também sustentada por Anthony D. Smith. Consultar: *The Nation in History: Historiographical Debates about Ethnicity and Nationalism*. Hanover: University Press of New England. 2000. 101 p.

falado sobre o Estado absolutista ou monárquico, anterior ao Estado nacional, e sobre o Estado-nação, considerando essencial a diferença e o caráter político de ambas as formas, mas rejeitando a suposição de que apenas essas organizações teriam valor político.

A diferença observada é relacionada ao tratamento oferecido as políticas linguísticas que os dois modelos imaginavam para seus súditos ou cidadãos, em especial nos dois casos analisados no capítulo 3, sobre o Reino Unido e a França. Mas antes, vamos nos aprofundar nessa discussão.

2.1. Explorando a história: a língua antes do desenvolvimento do Estado nacional

A língua é o meio pelo qual os indivíduos definem, habitam suas próprias identidades e no processo, avaliam e atribuem a identidade dos outros (RICENTO, 2006). O objetivo desta seção é situar historicamente como a língua veio a ser essa ferramenta tão forte na mobilização pelo Estado por uma identidade nacional, criando uma sociedade regrada pelo monolinguismo.

Em primeiro lugar, nenhum país se encaixa perfeitamente nas réguas da unidade cultural, territorial e linguística defendida pelos expoentes do nacionalismo popular - a exceção talvez sendo a Islândia, uma nação étnica pequena e isolada numa ilha (WRIGHT, 2004). Existem entre cerca de 6.000 e 8.000 línguas orais pelo mundo⁴, enquanto o número de estados é de 193. Se fosse realizada uma análise superficial ou descontextualizada desses números díspares, a sugestão é de que todos ou no mínimo a maioria dos estados são multilíngue e multiculturais. No entanto, a realidade nos mostra o cenário oposto: a maioria dos estados possui apenas uma língua nacional e/ou oficial. Assim, surge a demanda por compreender como

⁴ Para mais informações, consultar: Ethnologue. Disponível em: <<https://www.ethnologue.com>>. Acesso em: 23 maio. 2019.

nasceu a ideologia por trás da fixação pela língua única representante do caráter do Estado e da sua população, tal como o processo de transformar essa determinada língua em um símbolo característico da nação - mesmo nos casos em que essa língua é compartilhada com outras nações - vem a funcionar como uma estratégia de planejamento de identidade.

Então, a fim de entender para além das colocações de Anderson e Hobsbawm, como a língua é tratada pelo Estado nacional, é preciso entender primeiro como as línguas eram tratadas nos modelos de organização política anteriores ao mesmo. A literatura existente sobre o tema, uma mescla da sociolinguística com historiografia, é relativamente fechada para fora do continente europeu, de forma que o conteúdo desta monografia seguirá limitado em escopo analítico.

Na Europa medieval, a vasta maioria da população era de agricultores sedentários⁵, ligados a terra em que viviam do nascimento até a morte. Essa população de camponeses constituía uma sociedade estratificada de classes sociais hierárquicas e imutáveis, cujos assuntos de Estado e política eram restritos as cortes frequentadas pela aristocracia. A ausência de infraestrutura e tecnologia de transporte tornava a circulação entre ambientes difícil. Os linguistas presumem que essas eram comunidades monodialetais ou bidialetais, tendo pouco ou nenhum envolvimento com outras línguas ou dialetos que não fossem os mais próximos geograficamente. Sendo assim, as principais perturbações no continuum linguístico eram ocasionadas por empecilhos como montanhas e longos rios; um cenário responsável, por exemplo, pelo diverso mosaico linguístico da Suíça até os dias de hoje. Enquanto isso, nas comunidades costeiras e mercantis, como o trecho que conecta os países do sul europeu, o contato entre as línguas era deveras frequente, a migração constante atrás de novas

⁵ Para mais informações, consultar SINGMAN, J. *Daily live in Medieval Europe* (1999) e LE GOFF, J. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval* (2010).

mercadorias sendo de certa forma responsável por uma espécie de inteligibilidade mútua não regida por fronteiras aristocráticas:

A traveller disembarking in Portugal and trekking across the Iberian peninsula to the Mediterranean coast, then eastward to the Alps, down into the Italian peninsula to the island of Sicily would have found as general rule that the inhabitants of each village could understand the inhabitants of the next. (WRIGHT, 2004, p. 21).

Wright nos informa de que a situação das barreiras linguísticas existiam, assim como diferentes dialetos compunham parte constante da vida diária. No entanto, ao compararmos a situação das fronteiras entre Espanha e França por exemplo, nunca a escala da divergência linguística entre regiões próximas foi tão grande.

É interessante notar que no período medieval, ainda que a massa camponesa dos interiores fosse monolíngue, ela ainda era exposta a outras línguas nas igrejas - as línguas sagradas -, como o latim e o árabe. Essas línguas penetravam adentro dos continentes, atuando como laços simbólicos de uma comunidade pelo significado transcendental que continham, independente da capacidade das pessoas comuns em falar o idioma; eram línguas que asseguravam a unidade do poder das religiões que representavam, especialmente a Igreja Católica para o caso da Europa⁶.

O outro aspecto da sociedade pré-moderna europeia, em situação oposta a dos camponeses, está no mapa linguístico do clero e da nobreza. As dinastias reinantes buscavam casamentos por alianças políticas; as árvores genealógicas das famílias monárquicas entrelaçavam-se em escala continental, não limitando-se a uniões com a nobreza do seu próprio território. As dependências dos reinos, conforme eram conquistadas ou reconhecidas, retinham seus funcionamentos em suas próprias línguas. Deve-se destacar que legislação linguística existia, porém era infrequente e direcionada a garantir o uso do latim - um domínio do clero e dos assuntos

⁶ Para referência, Wright pode não utilizar Anderson especificamente aqui, mas essa mesma informação também é vista nos capítulos 2 e 4 de Comunidades Imaginadas, *As origens da consciência nacional e Velhas línguas, novos modelos*, respectivamente.

do Estado católico - e que os decretos reais fossem transmitidos com sucesso.

O efeitos culturais dessas alianças ocasionavam em uma sociedade de corte na qual o multilinguismo era a regra. Por mais que estejamos falando de Estados, como já era o caso na França no século XV - um Estado absolutista -, o foco da organização política residia na figura do indivíduo reinante ou na sua família (WRIGHT, 2004); os territórios estavam sempre abertos a possibilidade de anexação ou perda, seja pelo conflito em forma de guerra ou por heranças e matrimônios disputados. A lealdade não era atribuída à pátria porque o Estado era representado por uma ideologia - a da religião católica e o direito divino dos reis - que não tinha necessidade de homogeneizar sua população.

A Igreja Católica, de acordo com a pesquisa de Peter Rietbergen (1998), foi em muitos aspectos a herdeira da autoridade sobre a Europa com a queda do Império Romano. A Igreja transformou sua estrutura burocrática, empregou um determinado quadro aos reinos cristãos e condecorou o latim como língua franca e sagrada. Ao leste do continente, a língua grega empregava a mesma função, representando a Igreja ortodoxa até que os missionários das terras eslavas decidiram usar a língua vernacular. Todas as ordens religiosas eram bilíngues até certo ponto: mesmo o padre mais baixo no escalão conhecia palavras suficientes da língua sagrada para a realização de cerimônias, apesar de haver evidências sobre alguns padres que memorizavam as liturgias sem ter compreensão do que estavam dizendo (NICHOLAS apud WRIGHT, 2004).

As competências da alfabetização e da discussão sobre conhecimentos estavam sob o domínio da Igreja; aqueles na Europa ocidental que podiam ler e escrever eram educados por monges e padres pelo meio do latim, gerando uma tendência de burocratas do Estado serem recrutados de dentro das ordens católicas. Poucos fora da classe religiosa eram alfabetizados,

mesmo dentro da aristocracia, “porque o clero, pelo menos parcialmente, constituía a classe da informação e eles queriam preservar sua exclusividade” (RIETBERGEN, 1998, p.155).

Essa dimensão linguística da Europa medieval nos serve para ilustrar o quão diferente era essa sociedade daquela que viria a seguir a partir da formação das nações. E, na realidade, o modelo étnico “pré-moderno” persistiu (e persiste) desafiando as identidades nacionais. A categoria da nacionalidade não era entendida ou aceita por todos bem no meio do século XX:

Although a number of scholars of nationalism believe that the Hundred Years War between France and England marks the beginnings of nationalist affiliation in those two countries (cf. Duby 1987 and Hastings 1997), there are also studies that show that national and ethnic identity were not understood or accepted by all, well into the twentieth century. Zaniecki found that peasant groups on the Polish–Ukrainian border classified as ethnically White Ruthenian had no understanding of their classification. (WRIGHT, 2004, p.24).

Por último, no contexto da sociedade medieval não existia o conceito de minoria linguística pois não existia maioria para definir a minoria. Para retornar a excelente colocação de Hannah Arendt: a minoria é uma categoria do século XX [e XXI]. O período medieval era constituído por sociedades fraturadas em comunidades e grupos entendidos nos termos locais. Não havia uma força soberana ou social encorajando união linguística, mas existia um conhecimento básico dos dialetos próximos onde a comunicação se provava útil ou necessária.

Isso, como Wright ressalta, não significa uma romantização do período, uma vez que é óbvia a existência dos sangrentos conflitos que marcaram a Idade Média. No entanto, aqueles que falavam diferente não sofriam perseguição, ressentimento ou agressão, já que a comunicação era altamente contextualizada e praticamente todos os pequenos vilarejos constituíam um pequeno grupo linguístico. Na ausência de uma tendência a homogeneização, a convergência linguística, as monarquias governavam para populações multilíngue, não fazendo diferença o idioma falado pelos

súditos exceto na existência de um interesse específico, como será visto no caso da Grã-Bretanha. É possível afirmar que a perseguição ao que hoje seriam considerados 'grupos minoritários' não era realizada por meio do aparato do Estado, mas possivelmente pela Igreja ou pelos grupos com os quais se cultivava rivalidade.

O tratado de Vestfália, o principal marco temporal para os estudos das Relações Internacionais, delineou o fim da Guerra dos Trinta Anos reafirmando o princípio da unidade religiosa dentro do reino. Também introduziu uma nova filosofia política: deveria existir reconhecimento mútuo da integridade e autonomia entre os estados. Foi esse movimento que distanciou a estrutura sociopolítica do feudalismo e iniciou uma era de entendimento 'internacional' protagonizada pelos estados europeus. Os limites dos estados passaram a ser vistos como invioláveis, e, nos três séculos a seguir, o contexto político da Europa resumia-se a manter tais fronteiras e a balança de poder que as mesmas representavam. Sob o princípio de integridade e respeito ao soberano, nenhuma autoridade externa poderia interferir nas questões de outro estado.

Os efeitos do tratado de Vestfália são plenamente visíveis até hoje, tendo formado a corrente teórica realista, talvez a mais proeminente das Relações Internacionais. Entretanto, quando falamos do Tratado de Vestfália, ainda não estamos falando sobre Estados-nação. Os vínculos estressavam-se por meio da religião. Podemos pensar o Tratado como o momento no qual a fagulha da nação é acesa, uma vez que as fronteiras precisavam ser bem delineadas não apenas no aspecto da 'realidade' mas da relação entre os povos. Conforme explica Wright:

This had many effects, not least the severing of links along the dialect continua, as groups were split by borders and discouraged from maintaining links in the

interests of building national solidarity. (WRIGHT, 2004, p. 28).

Outra condição que representava o cenário eram os conflitos religiosos do século XVI e XVII, responsáveis pelo efeito acentuado na padronização e disseminação das línguas vernáculas. Os líderes da Reforma Protestante desafiavam a Igreja Católica a circular textos religiosos nas línguas vernáculas, ocasionando a crítica ao latim e seu eventual abandono em prol da língua vernácula. As teses de Martinho Lutero foram vertidas para o alemão e circularam rapidamente pelas regiões na qual a língua era falada, e a partir de então não era apenas o clero que estava lendo: uma parte considerável da classe mercantil, incluindo mulheres, passaram a formar um crescente público interessado em literatura religiosa (FEBVRE & MARTIN apud ANDERSON, 2008). O desejo popular pela Bíblia nas línguas vernáculas crescia e pressionava as instituições, resultando na prática do estudo da Bíblia por pessoas de fora do clero, assim como influenciando um aumento no índice de alfabetização nas línguas vernáculas.

O início da imprensa coincide com esse período de fervor protestante, que utilizou o poder dos folhetos para manter-se na ofensiva contra a Igreja Católica, fazendo bom uso das páginas para espalhar sua mensagem nas línguas vernáculas, como explicado aqui:

For the first time in Europe there was a mass readership and a popular literature with mass appeal (Febvre and Martin 1976). This had profound linguistic spillover. Printers used the language of the urban centres in which they were based, centres which in the state nations were those of court and monarch. Since printers were primarily commercially motivated and concerned to find large markets for single products, they were not predisposed to change language variety to accommodate dialectal difference. Thus they became promoters of standardisation of vernacular languages, principally because it gave them bigger markets than the splintered linguistic landscape of the dialect continua (Anderson 1983). (WRIGHT, 2004, p. 29).

A partir dessas pontuações, chega-se ao entendimento de que o gerenciamento da linguagem fazia-se presente na vida política dos reinos dinásticos pré-modernos, mas não como uma preocupação primária, ou pelo

menos não até o momento em que a disputa entre a doutrina católica e a Reforma Protestante ocasionou a prioridade da questão linguística.

2.2. O processo de fabricação do idioma nacional: política linguística como planejamento de identidades

Entramos agora na discussão que fala diretamente sobre os usos das línguas e como é possível afirmar a equivalência entre planejamento linguístico e planejamento identitário, este último sendo um tópico mais frequentemente visto na literatura preocupada com o nacionalismo, assim como nas escolas pós-estruturalistas e pós-coloniais de Relações Internacionais no geral. Para isso, voltaremos com os autores da Linguística que investigam a relação entre língua, sociedade e política, além das terminologias próprias da área que serão explicadas na subseqüente seção.

Para começar, buscando dar continuidade ao que foi apresentado na seção sobre o desenvolvimento da língua nacional, está a crescente importância da categoria “povo”, um conceito-chave para essas discussões - a língua nacional precisa ser cultivada por alguém, esse alguém é o povo.

Como foi visto, não existia *povo* no sistema feudal e nas monarquias absolutistas. O senhor ou o rei não precisavam de uma população etnicamente coesa, muito menos linguisticamente coesa: os decretos e ordens eram dados as mãos dos próximos na cadeia de poder e assim por diante, sendo da responsabilidade dos lordes locais o contato com os grupos camponeses. É possível afirmar então, a pluralidade linguística somente passa a ser uma questão de Estado quando esse adquire a roupagem nacional, quando a população deixa de ser camponesa e passa a ser povo, composta por sujeitos, frequentada e formada por cidadãos.

A ideia de povo comumente evoca a pintura revolucionária de Delacroix, A liberdade guiando o povo, e vem acompanhada de algumas outras presunções. A primeira a ser desbancada é de o Estado-nação não é

necessariamente composto por um sistema democrático - está mais para exceção do que regra -, já que são inúmeros os exemplos, antigos e contemporâneos do contrário.

Todavia, o próprio conceito de democracia, que está intrinsicamente ligado ao de povo, de acordo com Joshua Fishman, também está dialeticamente relacionado com o ideal nacionalista pois almeja a criação de uma comunidade que, literalmente, é capaz de se compreender. A nação permite o nível de comunicação generalizada que a democracia parece evocar desde o imaginário da sua origem grega, repleta de uma arquitetura pensada para o encontro, o diálogo e o discurso em público.

A questão da compreensão é de imensa importância. O chamado nacionalismo étnico ou linguístico já apareceu no primeiro capítulo, ao falarmos sobre Hobsbawm, mas vamos nos debruçar um pouco mais sobre o significado do termo, retornando a utilizar o livro da linguista Sue Wright, *Language Policy and Language Planning: from nationalism to globalisation* (2004).

A teoria do nacionalismo étnico foi supostamente desenvolvida pelo filósofo do século XIX Johann Gottfried Herder, nascido no Reino da Prússia (no que hoje é a Polônia). Segundo ele, a humanidade era biologicamente dividida entre grupos nacionais, cada um profundamente diferente do outro e cada cultura moldada por uma língua única, o que os causava ter uma compreensão do mundo diferente dos falantes de outras línguas, o que, curiosamente, é uma perspectiva semelhante à hipótese da linguagem determinista de Sapir-Whorf.

Esse discurso é incrivelmente poderoso e apareceu primeiramente na região que hoje é a Alemanha, sendo promulgado pelos intelectuais falantes de alemão que clamavam pela unificação da nação com base em sua cultura, costumes e língua compartilhada. Mas na realidade, antes do século XIX, essa área em que eles estavam localizados era dividida entre 350

estados e cidades distintas, sem nenhuma coesão interna - nem no idioma, na moeda ou em medidas (WRIGHT, 2004).

O que veio a atuar como cola do futuro Estado nacional alemão foi competência literária em *Hochdeutsch*, a versão da língua alemã patrocinada pelo capitalismo tipográfico e pela religião protestante, exatamente como apontados por Anderson. O que aconteceu na Itália foi um processo praticamente idêntico, havendo um índice estimado de 2,5% da população falante de italiano no momento da unificação (HOBSBAWM, 2004). A força mobilizadora desses movimentos sempre foi a elite letrada, protagonizando todos os esforços do denominado ‘nacionalismo intelectual’ independentemente de qual país europeu estamos tratando. Uma característica interessante é a própria nomenclatura que algumas línguas recebem, como o espanhol falado na Espanha - *castellano* -, que remete à sua região geográfico-política original, o Reino de Castela, manifestando a expansão do interno e particular para o fora aglutinador.

Aqui, é necessário ressaltar mais uma vez a importância da prensa de Gutenberg. Através dela, “as classes altas agora tinham controle sobre o que era ‘língua’ e o que era ‘jargão’, ‘dialetos’ e outras formas ‘imprecisas’, ‘confusas’ ou ‘vulgares’ de falar” (BLOMMAERT, 2006). A forma da língua, definida e “purificada” a partir desses critérios, ia parar nos dicionários e gramáticas em produção. Os mesmos dicionários e gramáticas que mais tarde seriam usados no sistema educacional de massa.

Ao procurar desenvolver um quadro dos movimentos nacionalistas europeus do século XIX, Wright acaba encontrando características semelhantes relacionadas ao comportamento que exibiam para com a linguagem em todos. Segundo a autora, a tarefa mais urgente para os construtores da nação era justamente a língua, uma vez que antes do sistema educacional de massa, como também diz Gellner, havia apenas

“idiossincrasia dialetal” e a ausência de coesão linguística era vista como um empecilho.

Com o objetivo de promover o senso de história compartilhada que faltava, a intelligentsia passou a colecionar e publicar cantigas regionais e narrativas folclóricas. Mas as histórias vernáculas dos camponeses, consideradas emocionais, caóticas e irracionais precisavam sofrer uma intervenção⁷. Foi a iniciativa tomada por Herder e os icônicos Irmãos Grimm na empreitada de correr o território recolhendo as tradições orais e racionalizando as mesmas por meio da língua alemã, forjando uma combinação entre o antigo positivo, a tradição, e as percepções iluministas da língua padronizada (BLOMMAERT, 2006). Os emblemas clássicos da identidade nacional são itens da diversidade linguística-cultural com a roupagem dos nomes nacionais (“folclore inglês”, “alemão”, “brasileiro” etc.).

Outros fatores importantes precisam ser contextualizados aqui. Existem duas instituições aliadas ao Estado para quais a pluralidade de línguas eram impedimentos. Estamos falando de um período de consolidação do capital, no qual a semente da industrialização fermentava na Europa, recrutando trabalhadores de todas as áreas e ocasionando uma movimentação migratória distinta do que geralmente ocorria antes. Por exemplo, os camponeses do sul da França que tradicionalmente iam para o sul da Catalunha durante os períodos de pouca colheita deixaram de realizar a jornada uma vez que havia trabalho no norte da França, por mais que o caminho fosse mais longo. A infraestrutura do transporte ferroviário já estava sendo instalada e agia como um facilitador, além das mudanças educacionais estarem promovendo efeitos na capacidade dessas pessoas em se comunicar com os catalães. Os ‘franceses’ que antes falavam Languedocian e Gascon, que por ocasião disso não tinham dificuldade em

⁷ Encontrado em BAUMAN, Richard & BRIGGS, Charles L. *Voices of Modernity: Language Ideologies and the Politics of Inequality*. New York: Cambridge University Press, 2003.

entender o catalão, uma vez que sofreram o processo de transição linguística para o francês, já não mais podiam realizar a comunicação tão facilmente (WRIGHT, 2004).

A outra instituição é o exército. Se a indústria foi um fator importante para a implementação do sistema de educação de massa porque precisava de trabalhadores que pudessem ao menos ler instruções e entender os superiores, a mesma dinâmica acontecia na estrutura dos exércitos. A questão do alistamento em escala nacional e o poder de um exército que luta por afeto a ideia de pátria, ao contrário de um exército de mercenários (o modelo vigente nas cidades da Itália pré-unificação, por exemplo), é uma perspectiva querida aos estudos do nacionalismo (o interesse sobre “o sacrifício da massa” é encontrado nos textos canônicos de Anderson e Anthony D. Smith, por exemplo). Não é necessário adentrar nesse tema, o que nos chama atenção aqui é a importância da padronização linguística para os propósitos da organização militar. Afinal, um soldado de baixo escalão dificilmente estava inserido na cultura literária da língua francesa, mas precisava entender ordens.

Por fim, para completar esta linha da questão e prosseguir em direção a um outro aspecto da língua na formação da identidade nacional, é possível sumarizar essa primeira parte da discussão na seguinte forma:

Historical evidence suggests that the unity of multi-ethnic polities depends largely on the willingness of the dominant element not to think of itself as an ethnic category. It is not enough for the state to seek to assimilate its diverse groups; the dominant element in the state has to dissolve itself within and identify itself with a broader territorial, political and/or ideological concept as well. (SZPORLUK apud WRIGHT, 2004, p.17). [grifo meu].

E também:

a unified language is held to promote cohesion, allowing the nation to develop a shared culture. There is a symbolic dimension to this: to know and to use the national language is part of the definition of belonging to the nation; to speak the language is a badge of inclusion; to refuse to know the language is to refuse the community and is seen as schismatic and unpatriotic. (WRIGHT, 2004, p.42).

O ponto argumentado por Wright, através da colocação de Szporluk e de sua própria, coincide com a definição dos autores trabalhados no primeiro capítulo, autores que ela inclusive também utiliza em seu livro - Anderson, Gellner e Hobsbawm todos figuram em sua bibliografia -, mas como linguista e como seu objeto de pesquisa são as LPLP⁸ em específico, a autora investiga espaços deixados intocados por eles. Argumento como esses pontos levantados não são apenas características do processo de formação do Estado nacional, ‘sub-temas’ do grande nacionalismo, mas parte indispensável do mesmo. Com isso em mente, o caminho doravante é composto por dois movimentos: situar a disciplina da Linguística dentro do processo de produção da padronização linguística feita pelo Estado-nação e localizar atuações de política linguística, mesmo explicando como a língua continua a ser mobilizada e elaborada como um projeto da identidade nacional.

Em quase toda a sua história, começando em seu próprio nascimento dentro do discurso científico, a Linguística enquanto disciplina do conhecimento “se preocupou com perspectivas idealistas, abstratas ou mecânicas sobre o estudo da linguagem” (MAY apud O’ROURKE, 2011, p. 34). Sendo assim, as ideologias e atitudes linguísticas foram normalizadas, frequentemente tratadas como “ideias que as pessoas simplesmente tem” (BLOMMAERT, 1999, p. 6).

O sociólogo Pierre Bourdieu, no livro *Language and Symbolic Power* (1993), constrói uma crítica direcionada a área, afirmando preocupação com a ausência de um debate metateórico envolvendo o núcleo da disciplina. Bourdieu aponta que a língua é o produto de um conjunto complexo de fatores - sociais, históricos e acima de tudo, políticos -, determinantes para sua condição de existência e, no entanto, a linguagem permanece sendo examinada isoladamente dessas condições.

⁸ *Language policy and language planning*. A abreviação é de uso comum entre os autores da disciplina.

Ao adentrar na pesquisa com os interesses deste estudo em mente, foi priorizada a busca por trabalho de autores que compõem esse campo crítico e partem de um posicionamento investigativo sobre o tratamento das línguas pelos corpos institucionais. Esses autores compõem um quadro reduzido e normalmente dialogam entre si, de forma que os mesmos nomes foram aparecerem constantemente sendo citados entre si - Fishman, Wright, Blommaert, Orman, Dorian, Ager etc. -, simultaneamente facilitando a pesquisa e simbolizando a aderência limitada que os estudos desses viés possuem na disciplina.

Esse ponto é feito para demonstrar a geral invisibilidade ou naturalização que circula o tema. É latente que as reformas linguísticas aconteceram em todos os Estados - democráticos, autoritários, capitalistas ou socialistas -, em níveis e escalas diferentes, variando de acordo com o momento histórico que as acompanhava. É uma prática que acompanhou o modelo do Estado-nação por todos os lugares em que passou, da Europa dos impérios dinásticos à África da descolonização e os gigantes asiáticos de inegável heterogenia - China e Índia -, como se parte de um manual de instrução que acompanha uma máquina.

Uma vez formado ou em processo de formação, o Estado nacional imprescindivelmente instrumentalizou a questão da língua como ferramenta e como pauta própria. Aqui, não estamos falando apenas da implantação do sistema educacional de massa, mas de medidas que diretamente afetavam a língua falada e escrita.

Um caso simbólico é a reforma do alfabeto turco, chamada *Dil devrimi* (“revolução linguística” em turco). O Império Otomano era uma organização teocrática composta por vastos grupos linguísticos - Turco, Indo-Europeu (Persa) e Semítico (Árabe) -, e o alfabeto utilizado era considerado incongruente com a língua turca, dona de oito vogais breves e três longas quando o árabe só permitia a notação de três (CALVET, 2007).

No entanto, a base que originou a revolução não concernia apenas uma adaptação de alfabeto. A República da Turquia, fundada em 1923, almejava distanciar-se do passado e tornar-se um Estado laicizado, secular e monolíngue, considerado mais próximo do ideal europeu (WRIGHT, 2004). Com esse objetivo em mente, Kemal Atatürk, considerado o pai fundador do Estado turco, orquestrou uma transição completa para o alfabeto romano. A mudança, que é considerada um exemplo extremo pelos linguistas, uma vez que tomou efeito da noite de 31 de dezembro para o dia 1 de janeiro de 1929, representava a inserção da Turquia e sua população no mundo moderno. Como declarou o especialista Louis Bazin:

It brought about the decline of pan-Islamic patterns of cultural identity and replaced it with a cultural nationalism which set out more or less deliberately to make contact with the pre-Islamic past of the Turks in Central Asia. (BAZIN apud WRIGHT, 2004, p. 52).

Mas a mudança do alfabeto não foi a única legislação envolvendo idiomas que o Estado turco efetuou. Foi declarado na constituição que o território e seus habitantes são indivisíveis e sua língua é o turco (Artigo 3), além de determinar também que:

Constitution, Article 42/9: No language other than Turkish may be taught as a native language to citizens of Turkey in instructional and educational institutions. (ORMAN, 2008, p. 50).

O caso da Turquia está longe de ser único, porém tampouco é descritivo como regra. De forma geral, não foram muitos os Estados que declaradamente baniram o uso de línguas regionais, nativas ou até mesmo as consideradas estrangeiras, este último caso exceto em situações de guerra ou conflito aberto, como aconteceu no Brasil durante o Estado Novo de Getúlio Vargas ao proibir que fossem faladas as línguas japonesa, italiana e alemã.

Menciono isso porque, como será investigado de forma aprofundada no capítulo 3, a partir dos estudos de caso escolhidos, apesar do Direito atuar como instrumento do Estado nacional no que concerne a construção dessa coesão nacional através da língua, não é o método exclusivo pelo qual realiza o conjunto de práticas e políticas - agrupados sob a terminologia que será explicada na próxima seção - que minoriza determinados idiomas enquanto padroniza outros. O regime ditatorial de Franco na Espanha não precisou ilegalizar as dezessete línguas⁹ do território espanhol para idealizar fazer da Espanha um território politicamente e culturalmente homogêneo (O'ROURKE, 2011).

Em seu livro *Galician and Irish in the European Context: Attitudes towards Weak and Strong Minority Languages* (2011), a autora Bernadette O'Rourke busca traçar uma cronologia do tratamento sofrido pela língua galega e irlandesa em seus respectivos contextos. Seu livro será melhor utilizado no próximo capítulo, no que diz respeito ao Reino Unido e a questão da língua irlandesa, mas parece importante ressaltar agora como as mais comuns ocorrências para o apagamento da pluralidade linguística aparecem nas práticas e políticas transmitidas, por exemplo, através da propaganda.

A língua galega era dona de um certo apreço e tradição literária oral, fortes o suficiente para persistir durante todo o processo de subjugação histórica do território pelos governantes de Castela e Aragão (O'ROURKE, 2011). Sua decadência acontece de forma não linear, mas é definitivamente no regime franquista que a língua padece de uma campanha massiva de estigmatização, sendo associada ao arcaísmo e a barbaridade, enquanto o castelhano representava, tal como aconteceu na Turquia, a entrada no mundo moderno. Em panfletos distribuídos na cidade galega de A Coruña no ano de 1955, lia-se:

⁹ Ethnologue: Spain. Disponível em <<https://www.ethnologue.com/country/ES/languages>>. Acesso em: 14 junho. 2019.

Hable bien
 Sea patriota. No sea bárbaro.
 Es el cumplido caballero que usted hable nuestro idioma oficial,
 o sea, el castellano
 Es ser patriota.
 Viva España y la disciplina y nuestro idioma cervantino
 (Portas Fernández, M. apud O'ROURKE, p. 53).

O resultado de campanhas como essa se encontram principalmente nas populações jovens, que não desejam correr o risco de serem rejeitados, “manchados” por atributos considerados negativos. Dessa forma, os laços com as raízes culturais originárias vão desvanecendo e deixam de ser reproduzidos, produzindo no lugar um cidadão que vá de encontro ao imaginário do sujeito nacional.

Existem ainda experiências mais tênues do que as citadas acima. As vezes essa produção do cidadão nacional pode ser feita também através de uma política sutil, não idealizada para a perseguição ou assimilação de um grupo minoritário, mas direcionada a mudar ‘as inclinações’ da nação. A inserção da Romênia no sistema internacional foi reforçada através da língua românica, língua que é parte da família de línguas românticas - ao lado do português, francês, galego, etc. -, porém fortemente influenciada por empréstimos dos gregos, eslavos e turcos devido ao posicionamento geográfico da Romênia, sendo comumente considerada pelos linguistas como ‘a prima mais distante’ ou até esquecida¹⁰ da família latina. A língua passou então por um processo chamado de “re-latinização”¹¹ ou “A transição Latina-Romântica em direção a modernização da língua literária romena”¹², purificando-se dos empréstimos indesejados e visando aproximar a sociedade e a literatura romenas do mundo latino (WRIGHT,

¹⁰ Para mais informações, consultar: BROOMFIELD, Clara Miller. *Romanian: The forgotten Romance language*. Disponível em: <<https://unravellingmag.com/articles/romanian-the-forgotten-romance-language/>>. Acesso em: 16 junho. 2019.

¹¹ Nomeado assim pelo poeta nacionalista Alexandru Graur. Consultar: GRUAR, Al. *The Romance character of Romanian*. Bucharest: Pub. House of the Academy of the Socialist Republic of Romania, 1967.

¹² Para mais informações, consultar: MOLDOVANU-CENUȘĂ, Ioana. *The French Influence within the Romanian Language Architecture. The Theory of “Re-Latinization” or of “Re-Romanization”*. *Philologica Jassyensia* ano IX, no. 1 (17), 2013.

2004). Um processo que começa por volta da década de 1930 e não foi interrompido pela cortina de ferro.

Nestas versões tênues de planejamento identitário, pode ser difícil visualizar o que na superfície aparenta ser puramente instrumental, técnico ou pragmático. Por debaixo do exterior, no entanto, a prática, política ou campanha geralmente revela-se imbricada por disputas envolvendo os interesses políticos de quem está no poder do Estado. Para termos um exemplo dessa questão e de sua superficialidade, vejamos o que aconteceu na Noruega na metade do século XX, quando o país desejava afastar-se da vizinha Dinamarca.

Durante a década de 1950, o governo norueguês mudou o jeito de falar números de dois dígitos: os números que antes eram ditos no mesmo estilo em que falantes de holandês, alemão e dinamarquês o faziam - contando as unidades antes das dezenas -, passou a seguir o modelo de contagem inglês, contando as dezenas antes das unidades. A razão dada para a mudança é de que o método inglês seria supostamente “mais lógico e internacional” (ORMAN, 2008, p. 44).

A iniciativa do governo norueguês demonstra como o prestígio do inglês já tomava, na época - de plena disputa na Guerra Fria -, o lugar de língua franca do sistema internacional. Essa correlação do inglês com a lógica é apenas fração de um processo que acontece em paralelo ao de classificar uma outra língua - e, conseqüentemente, outro grupo de pessoas, de características e culturas - em oposição à racionalidade, presa ao passado do atraso e não ao glorioso da nação. Retornaremos a isso em breve, já que foi apenas brevemente abordado com os exemplos da República da Turquia (secular), da Espanha franquista (fascista), Romênia (comunista) e do governo norueguês (democrático).

Jaffe (1999) chama tais práticas, políticas e campanhas de “ideologia linguística em ação”, e complementa dizendo que as mesmas podem,

inclusive, ser compostas por políticas públicas que fomentam ou reconhecem a necessidade da diversidade linguística, mas não são efetivadas pelo Estado: políticas meramente decorativas, feitas para saciar alguma inquietação social, mas permanecendo inativas em papel.

Na literatura da Linguística, mesmo na caracterizada pela abordagem crítica mencionada aqui, uma reclamação que ecoa frequentemente entre os autores consultados é de que os responsáveis pela elaboração do planejamento linguístico raramente são pessoas com a formação teórica ou conhecimento histórico necessário para o ramo; sendo os cargos comumente preenchidos por profissionais que tratam a questão linguística como “mecânica, facilmente planejada e gerenciada” (ORMAN, 2008).

At the most basic level, attempts at language planning may simply originate in a fundamental human instinct to *problem-solve* and engineer the social environment to suit particular ideological and practical needs (ORMAN, 2008, p. 42) [grifo meu].

O que vem sendo apontado no decorrer desta monografia de certa forma corrobora a reclamação desses autores, pois a questão é justamente como o planejamento linguístico não é figura de uma discussão puramente intelectual-acadêmica, uma ideia, inclusive, que presume a imparcialidade das instituições do saber.

Toda questão da língua, no mínimo desde o pulo para a modernidade, é também uma questão política. O planejamento linguístico estar fora das mãos dos profissionais não é mera coincidência, mas ação intencional, parte do projeto da união nacional. A língua é gerenciada pelo Estado-nação na dinâmica do *problem-solving* porquê, para o Estado-nação, a pluralidade, imperfeição, inteligibilidade ou arcaísmo da língua são problemas a serem solucionados.

Este apontamento vai de encontro ao que Orman sinaliza em seguida como planejamento de aquisição linguística. A aquisição de uma língua, seja ela materna (L1) ou secundária (L2), permite a participação do aquiridor na cultura associada a essa língua - em níveis que variam de

acordo com a fluência, é claro -, o que inerentemente acarreta implicações para as identidades dos indivíduos e das comunidades, como foi o objetivo da campanha espanhola, mas também como acontece nos graus menores em todo o mundo globalizado no qual a participação em determinados circuitos culturais e econômicos, incluindo a própria academia, depende, no mínimo, do inglês ser uma das línguas faladas pelo indivíduo. Assim, é possível concluir que a aquisição linguística, antes mesmo do termo sequer ser cunhado pelos especialistas, sempre foi uma importante característica dos projetos de Estado-nação e da busca pela hegemonia, especialmente no continente europeu.

No entanto, apesar de todas essas evidências, Orman esclarece que o uso do termo “planejamento identitário” fez pouquíssimas aparições na literatura sobre sociologia da língua, reiterando a crítica que aparece em Bourdieu. O autor atribui isso as tendências acadêmicas isolacionistas já mencionadas, mas reforça o quão curioso é o fato, considerando que a conexão entre identidade e cultura são tão íntimas e imediatas. Por fim, o autor busca em Pool (1979) a elaboração de uma lista de correlações entre planejamento linguístico e planejamento de identidade:

- I. Since language affects identity, an increase in language planning means that planners are having an increasing effect on identity. In other words, identity planning (whether deliberate or not) is increasing.
- II. Since good planning takes account of side effects, language planners should study the effects of planned linguistic change on identity.
- III. Since identity affects language, language planners should study identity planning as a means of accomplishing their goals.
- IV. Since language affects identity, those wanting to influence identity should consider language planning as a means.
- V. *Those wishing to foil the efforts of language planners should consider using identity, and those wishing to foil the efforts of identity planners should consider using language, to accomplish their aims.* (POOL apud ORMAN, 2008, p. 46). [grifo meu].

O trecho grifado funciona como um sumário do que vem sendo argumentado até aqui. A linguagem é o alvo a ser atacado, mobilizado, ou manipulado pelos agentes do Estado e das elites em poder quando o

objetivo é afetar diretamente um grupo étnico, estrangeiro ou minoritário, os falantes dessas determinadas línguas-alvo, discriminando-os e deixando-os à margem da sociedade sem a necessidade de desempenhar o caro e chamativo aparato repressor do Estado - polícia, exército ou o corpo de instituições administrativas - para a tarefa. Ao mesmo tempo, a linguagem, seja ela a nacional ou a minoritária, pode atuar como uma força capaz de disputar o poder pela própria autonomia, no que já foi mencionado aqui de manifestações do nacionalismo étnico ou linguístico, o que acontece por exemplo na Galícia e na Catalunha, apesar de todo o esforço para consagrar incontestável o ‘idioma cervantino’.

Com isso, podemos concluir que todo Estado, ao passar pelo processo de construção da nação [*nation-building*] encontrou na língua o fator mais facilitador ou combativo em relação a autoridade da sua identidade nacional.

2.3. Entendendo as terminologias: política linguística, planejamento linguístico e transição linguística

No que foi abordado até agora, alguns termos estrangeiros as ciências sociais aparecem com frequência, como “planejamento linguístico” e “política linguística”. Na literatura sobre nacionalismo, mesmo nos textos críticos que levantamos no primeiro capítulo, os dois termos são raramente ou nunca mencionados, apesar de, como já argumentado, os dois estarem intrinsecamente ligados. É necessário então localizar suas origens, usos e definições de acordo com a Linguística, disciplina responsável por mobilizá-los e implementá-los.

Nenhuma definição de política linguística é universalmente aceita pela comunidade acadêmica. De acordo com Joshua Fishman, “Política linguística denota a alocação dos recursos, feita pela autoridade responsável, destinados a língua no geral e à língua impressa/escrita em

particular” (2006, p. 311). Empregado na forma mais ampla possível, “política linguística” é uma referência a formulação de leis, regulações e posições oficiais em relação ao uso e alocação de recursos linguísticos pelo governo ou organização de natureza política (ORMAN, 2008). Mas as práticas linguísticas, no posicionamento de Jon Orman, costumam ser muito mais significativas do que as políticas linguísticas.

Em descrição similar, Louis-Jean Calvet coloca política linguística como a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (CALVET, 2007, p. 11), no entanto ressalta a qualidade juvenil do termo diante do que representa: a escolha de um alfabeto para uma língua se origina da política linguística, mas isso não significa que Cirilo e Metódio, ao criarem o alfabeto glagolítico (ancestral do cirílico), ou que Thonmi Sambhota, ao definir o alfabeto tibetano, tenham escrito um capítulo da história da política linguística (CALVET, 2007). Apesar desses autores não chegarem a esta conclusão, pode-se entender que a política linguística é uma prática de natureza moderna, associada ao estabelecimento do Estado.

O sintagma *language planning* (adequado para o português como planejamento linguístico), apareceu pela primeira vez apenas em 1959 no trabalho do norueguês Einar Haugen¹³ sobre os problemas linguísticos da Noruega. Einar buscava mostrar como a intervenção normativa do Estado norueguês, através da implementação de novas regras ortográficas, como o exemplo mencionado na seção anterior, tentava afastar séculos de dominação dinamarquesa e construir uma identidade nacional distanciada do país vizinho (CALVET, 2007). O planejamento linguístico é lido então como um corpo de ideias, mudança de regras e práticas, com a intenção de alcançar uma planejada mudança (ou impedir uma mudança de acontecer) na língua de uma comunidade. Por fim, podemos concluir que o

¹³ Na publicação de *Planning in Modern Norway, Anthropological Linguistics*, 1/3, 1959.

planejamento linguístico é o campo capaz de realizar mudança deliberada nos sistemas das linguagens, seja em sua codificação ou fonologia, por propósitos distintos e quase nunca puramente técnicos.

Uma série de conferências nos anos sucessivos ajudou a estabelecer autores representantes do recente campo da sociolinguística, com a publicação de títulos que investigam as relações entre língua e política, padronização linguística e modernização, estudos de caso sobre os processos de planejamento linguístico nos países recém-saídos da colonização etc. As datas combinam com o momento no qual prosperou a literatura sobre o nacionalismo vista no capítulo 1 no início dessa monografia. As definições e relações entre política linguística e planejamento linguístico, para todos os autores, são de subordinação. Fishman considera o planejamento como a mera aplicação de uma política linguística, enquanto Pierre-Étienne Laporte (1994) mais tarde refina o conceito como um “quadro jurídico” e a reorganização linguística como “um conjunto de ações que tem por objetivo esclarecer e assegurar determinado status a uma ou mais línguas”¹⁴.

Em outros casos, acadêmicos como Spolsky (2004) optam retirar a carga governamental ou “oficial” do termo e incorporaram componentes gerais de uma comunidade linguística (ou comunidade de falantes, do inglês *speech community*, outro termo que provém da área em adaptação indefinida para o português), considerando as práticas, crenças e repertórios de uma população falante da língua em questão como fatores constituintes da política linguística. Retornando a definição de Orman citada no início do capítulo, ele faz notar sua preferência pelo entendimento de que planejamento linguístico é um elemento ou subdivisão da política linguística.

¹⁴ Para mais informações, consultar em Pierre-Étienne Laporte, “Les mots clés du discours politique en aménagement linguistique au Québec et au Canada”. In Claude Truchot (org.), *Le plurilinguisme européen*. Paris: Champion, 1994.

O autor também ressalta, a ausência de uma delegação do Estado declaradamente responsável pela política linguística, como o caso levantado da Turquia, não necessariamente implica a inexistência de uma política linguística; os casos da Grã-Bretanha e da França a serem explorados a seguir possuem características ambíguas. Às vezes a política linguística se encontra disfarçada, obscurecida entre políticas de discriminação social e econômicas (o oposto - políticas de segregação e discriminação étnicas ou econômicas ocultas na política linguística - sendo igualmente plausível).

Ambos política e planejamento linguístico estão intrinsicamente ligados ao conceito de transição linguística, considerado como o objetivo final das atitudes executadas pelos dois processos. *Language shift*, o termo em sua composição original, é o processo no qual um grupo, comunidade ou população de falantes da Língua A, em um período variado de tempo, efetua uma transição em direção a Língua B.

Em suma, “é viável termos política linguística sem planejamento linguístico, mas não há sociedade sem política linguística” (EASTMAN apud ORMAN, 2008, p. 41) ou que não tenha passado por um ou mais processos de transição linguística, sejam eles ‘naturais’ por ocasião de deslocamento ou, como ocorre frequentemente, sob os auspícios do governo, através dos sistemas educacionais de massa ou de uma “política-de-não-política” na qual a inação do Estado diante das demandas das línguas regionais ou imigrantes resulta no enfraquecimento da mesmas diante da língua nacional (FISHMAN, 2006).

3. Línguas dominantes: os casos do Reino Unido e da França

Ninguém pode supor que não seja mais benéfico para um bretão, ou para um basco ou um navarro francês ser... um membro da nacionalidade francesa, admitido em termos iguais aos privilégios da nacionalidade francesa... do que azedar, em suas rochas, o arcaísmo semi-selvagem dos tempos passados remoendo-o em sua pequena órbita mental, sem participação ou interesse no movimento geral do mundo. A mesma observação se aplica aos galeses e escoceses das terras altas, como membros da nação britânica. (SZÜCS apud HOBSBAWM, 2004, p. 46).

É com esse comentário citado em Hobsbawm que se inicia apropriadamente este último capítulo. Tendo em vista a relação do Estado com a linguagem abordada no capítulo anterior, Estaremos analisando por quê tornou-se “mais benéfico para um bretão, galês e escocês” ser um membro da nacionalidade francesa ou inglesa, e principalmente como isso foi feito através na elaboração e implementação de um conjunto de planejamentos e práticas executadas sobre a linguagem pelo corpo institucional.

A escolha das duas regiões - as ilhas britânicas e a França - deu-se por serem situações bem documentadas, disponíveis em línguas compreendidas pela autora desta monografia, que frequentemente marcavam presença na literatura sobre o nacionalismo utilizada no capítulo 1 e também na literatura produzida pelos linguistas utilizada no capítulo 2.

A escolha também se dá porque considero importante contrapor os dois processos de construção da identidade nacional que aconteceram no Reino Unido e na França, pois são dois estudos de caso que exemplificam os dois ‘modus operandi’ prevaletentes na formação da identidade nacional. O objetivo não é, em momento algum, argumentar que só existem esses dois tipos de processos, uma vez que seria necessário, no mínimo, levar esta pesquisa para fora do escopo europeu a fim de atingir um número maior de casos, de variáveis e de bibliografias que dialogam e disputam entre si. Mas

considerando a natureza ‘internacional’ das duas regiões escolhidas - a primeira, o Reino Unido, protagonista irrecusável dos dois grandes movimentos de colonização da história humana, e a segunda, França, co-protagonista do novo imperialismo dos séculos XIX-XX -, existe fundamento em afirmar que elas exerceram imensurável influência em regiões de todos os continentes, não exclusivamente em suas ex-colônias. Como já foi levantado, o modelo do Estado nacional foi ‘exportado’, ou forçadamente aplicado, e junto dele estavam também as ideologias e estratégias de formação identitária e gerenciamento linguístico.

Estes dois modelos constituem em 1) o Estado-nação homogêneo e monolíngue, e 2) o Estado-nação que se apresenta como multicultural, possui uma língua oficial dominante, mas talvez permita o multilinguismo. Retomando com uma ótima síntese de Orman:

Language policies which operate at a state-wide level can be broadly divided into two categories: those which promote a monolingual conception of national identity and those which advocate a multilingual or pluralist model of national unity. (ORMAN, 2008, p. 47).

Aqui, como já mencionado brevemente no capítulo anterior, a questão dos Estados nacionais que compõem o modelo multilíngue ou plural será apresentada de forma crítica. A bibliografia escolhida prossegue com alguns autores já utilizados, como Hobsbawm, Wright, Orman e Fishman fazendo aparições recorrentes, mas os estudos de caso possuem seus próprios pesquisadores dedicados. Na verdade, esses pesquisadores dedicados são tantos que foi uma árdua tarefa delimitar o que seria usado ou não. O Reino Unido e a França são entidades políticas dominantes em cima de um riquíssimo tapete cultural, abordado por acadêmicos de áreas diferentes que focam em óticas diferentes, cada uma capaz de preencher sua própria pesquisa. São temas que também mobilizam paixões - tal como todo nacionalismo tem a intenção de fazer -, de forma que informações e perspectivas contrastantes foram por vezes encontradas, mas não compete a

autora desta monografia a capacidade ou função de contestar os dados apresentados.

Também atuou como influência, o que está refletido na composição do capítulo, o fato de que a bibliografia estudada tem o hábito de colocar os dois casos em análises conjuntas. Foi o que fizeram R. D. Grillo no livro *Dominant Languages: Language and Hierarchy in Britain and France* (1989), Anne Judge em *Linguistic Policies and the Survival of Regional Languages in France and Britain* (2007) e Dennis Ager em *Language Policy in Britain and France: The processes of policy* (1998).

Seguindo o padrão de situar o conhecimento apresentado, primeiro é ideal localizar o momento no qual estes estudos de caso vieram à tona e tornaram-se populares, uma vez que o apagamento das línguas nativas nem sempre foi reconhecido. Como citado em Fishman na última seção, a preocupação da Linguística com o sumiço das línguas regionais e a atuação do Estado na linguagem é relativamente recente.

Pode-se dizer que a preocupação a respeito da diversidade linguística só ganhou força e popularidade com os estudos guiados pela pesquisadora americana Nancy Dorian acerca da língua gaélica escocesa. Por mais de 40 anos, condensados na publicação de *Language Death: The Life Cycle of a Scottish Gaelic Dialect* (1981), Dorian estudou o declínio do dialeto de East Sutherland, particularmente nos vilarejos de pesca de Brora, Golspie e Embo, nas terras altas da Escócia, que eram isolados de outras comunidades falantes da língua gaélica e, portanto, representavam uma boa oportunidade para a investigação de uma língua em desaparecimento.

O livro de Dorian é considerado o trabalho precursor sobre ‘morte linguística’, conceito definido pelo processo de morte das línguas, o que ocorre quando um idioma perde seu último falante nativo (CRYSTAL 2014). A morte linguística, ou linguicídio, usualmente procede uma instância de transição linguística - como visto anteriormente, quando os

falantes de L1 migram para L2 -, e é um processo acontecendo continuamente desde que as primeiras colonizações do período moderno começaram. É aqui que está situada a bibliografia, pois na trilha de Dorian seguiram-se muitos outros trabalhos, formando impacto o suficiente para obter repercussão política. Os atos e medidas protecionistas das línguas tornadas minoritárias, como a Carta Europeia das Regionais ou Minoritárias elaborada pelo Conselho da Europa, começam a surgir na mesma época, da década de 1990 para cá, gerando ainda mais interesse e material para a questão.

A partir destes estudos de caso serão analisados, para além do objetivo comparativo, as características compartilhadas por ambos, como foram desenvolvidas e seus efeitos remanescentes.

3.1. Reino Unido: uma entidade política marcada pela hierarquia das suas identidades

Em O retrato do artista quando jovem (originalmente publicado em 1916), do autor irlandês James Joyce, o protagonista Stephen Dedalus, em conversa com um padre católico inglês, para e reflete sobre a conversa que está tendo com o padre; sobre palavras que lhe soam ao mesmo tempo “tão familiares e tão estrangeiras”:

—The language in which we are speaking is his before it is mine. How different are the words *home, Christ, ale, master*, on his lips and on mine! I cannot speak or write these words without unrest of spirit. His language, so familiar and so foreign, will always be for me an acquired speech. I have not made or accepted its words. My voice holds them at bay. My soul frets in the shadow of his language. (JOYCE, 2016, p. 217-218). [grifo da edição].

A bela literatura de Joyce nos transporta, por meio das inquietações do narrador, para a complexa realidade da colonização. O jovem Stephen, alter-ego do autor, pensa, fala e escreve numa língua que não criou ou aceitou, assim como o fazia Joyce, contemporâneo das lutas de independência irlandesa.

A história do apagamento linguístico nas ilhas britânicas pode ser traçada começando na Idade Média e é composta por diferentes fases. O quadro do Reino Unido constitui de um amplo cenário envolvendo no mínimo três grandes grupos étnicos celtas e uma sequência de disputas políticas que culminaram na presente composição da sua unidade política - Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte -, após a separação e independência da Irlanda em 1919. Conforme a convenção histórica, exceto quando explícito por contexto, este capítulo alternará entre as nomenclaturas Reino Unido e Império Britânico, concedendo referência a condição político-administrativa da região durante os anos abordados, e utilizará ‘ilhas britânicas’ quando o objetivo for citar a região geográfica das ilhas, que inclui a República da Irlanda, localizada fora do corpo político do Reino Unido.

Assim, é preciso abrir um parêntese para explicar a escolha das línguas escolhidas para ocupar o protagonismo desta seção, apesar do mosaico linguístico do Reino Unido nunca ter sido dividido apenas pelas três línguas majoritariamente estudadas aqui. O site Ethnologue lista 13 línguas vivas no Reino Unido¹⁵, 11 autóctones e 2 de sinais. Dentre essas, o Córnic, originário da região da Cornualha no sudoeste da Inglaterra, experimenta atualmente um ‘renascimento moderno’ depois de ter sido extinto no século XVIII¹⁶, tendo sido reconhecido pelo governo britânico na Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias (ECRLM)¹⁷ produzida no Conselho da Europa em 2002. Existem ainda a língua Scots, ou língua ânglica escocesa, falada nas terras baixas, e o Ulster-Scots, sua

¹⁵ Ethnologue: United Kingdom. Disponível em <<https://www.ethnologue.com/country/GB>>. Acesso em 18 de junho. 2019.

¹⁶ É importante relembrar o que foi apontado na seção sobre os termos da Linguística: quando uma língua perde seu último falante nativo (que a tenha como L1, ou língua materna), passa a ser considerada extinta ou morta. O retorno de Córnic ainda é incerto e a língua não pode ser considerada revitalizada enquanto não existir um grupo de falantes que a tem como língua materna.

¹⁷ European Charter for Regional or Minority Languages. Disponível em <<https://www.coe.int/en/web/european-charter-regional-or-minority-languages>>. Acesso em 18 de junho. 2019.

variação falada na província de Ulster. Tal como a língua cornoica, as duas línguas escocesas são reconhecidas na ECRLM pelo Reino Unido, mas por muito tempo lhes coube o debate dialeto *vs* língua, de cunho não apenas técnico, mas político.

Com isso em mente, por razões de limitação bibliográfica e na finalidade de manter o capítulo o mais coeso possível, serão abordadas as óticas da dominação do inglês sobre a língua galesa e irlandesa, processos que compartilham semelhanças e nos ajudam a compreender a questão da ‘hierarquia’ identitária e do domínio interno.

A interpretação dominante partindo dos autores analisados é de que o caso das ilhas britânicas entra na categoria da colonização interna. “Colonização interna” sendo um termo decorrente da condição política, histórica e socioeconômica de predomínio do poder inglês sob os outros grupos étnicos do arquipélago. Se a aplicação do termo é correta ou não, é uma discussão existente cuja resposta não marca presença ou está nos propósitos desta monografia. A questão pertence à uma outra literatura, preocupada com a possível relativização dos processos de colonização na Ásia e na África, argumentavelmente mais brutais e exploratórios do que o ocorrido dentro das ilhas.

Portanto, o que será doravante apresentado reprisa a estrutura dos capítulos anteriores, com uma narrativa histórica entrelaçada por argumentação e crítica, revelando a problemática do modelo supostamente multinacional e multilíngue britânico.

Talvez não haja ponto de partida mais peculiar do que o próprio termo *Welsh*, atual denominação da nacionalidade do povo do País de Gales. Sua origem encontra-se nos nativos falantes do inglês, que chamavam os autodenominados *Cymry* de Welsh, do inglês arcaico para ‘estrangeiros’ e ‘estranhos’ (PHILLIPSON, 2012).

Na Idade Média, Gales comprimia uma região de principados que, assim como a Inglaterra, foi sucessivamente exposta à invasões dos povos romanos, germânicos e normandos. Em termos administrativos, sob alguns desses períodos de invasão ambos os reinados eram vistos como uma unidade e, no decorrer da história, a distribuição política permaneceu instável. Foi durante o reinado de Henrique VIII, numa Inglaterra mais sólida sob os Tudor, que o Ato da União de 1536 (elaborado por Thomas Cromwell) oficializou o País de Gales como parte do Reino da Inglaterra na intenção de criar um único Estado e jurisdição. Com a medida parlamentar, o sistema legal e administrativo inglês passou a ser adotado no País de Gales. Em referência a língua galesa, o Ato estabeleceu:

ALSO BE IT enacted by auctoritie aforesaid that all Justices Commissioners Shireves Coroners Eschetours Stewardes and their lieutenautes and all other officers and ministers of the lawe shall proclayme and kepe the sessions courtes hundredes letes Shireves and all other courtes in the Englisshe Tonge and all others of officers iuries enquestes and all other affidavithes verdictes and Wagers of lawe to be geven and done in the Englisshe tonge. And also that frome hensforth no persone or personnes that use the Welsshe speche or langage shall have or enjoy any maner office or fees within the Realme of Englonde Wales or other the Kinges dominions upon peyn of forfaiting the same offices or fees onles he or they use and exercise the speche or language of Englisshe. (DAVIES, 2014, p. 34).

(...) que seja efetuado pela autoridade referida que todos os juízes, comissários, xerifes, delegados, magistrados [provinciais], confiscadores [de terras para a Coroa], administradores e seus tenentes, e todos os outros oficiais da lei, devem proclamar e manter suas sessões e cortes na língua inglesa, e todos os juramentos de ofício, júri e requisições (...) devem ser feitos na língua inglesa, e que *daqui por diante nenhuma pessoa ou pessoas que usem a língua galesa deverá ter ou aproveitar qualquer espécie de cargo ou encargos dentro do reino da Inglaterra, País de Gales ou qualquer outro Domínio do Rei*, sob a pena de perder estes mesmos ofícios e encargos apenas ele ou eles usam e exercer o uso da fala ou língua [tradução e grifo meus].

O mesmo reino, então sob a forte política da unificação protestante guiada por Elizabeth I, em 1563, foi responsável por encomendar uma versão da Bíblia anglicana em galês - o que, para autores como Jenkins (2000) e Davies (2014), foi curiosamente o ato responsável por manter a

língua viva -, partindo da premissa de converter a população galesa para a Igreja anglicana e evitar insurgências católicas. Dos grifos na citação, é possível observar que a intenção almejada pelo Ato de União não era incorporar a população galesa ao reino, nem mesmo educá-los na língua inglesa - isso só veio a acontecer tão tardiamente quanto no século XX -, mas criar uma justificativa legal com base no argumento linguístico para concentrar as posições de privilégio nas mãos dos nativos ingleses, criando uma desigualdade étnica no recém-formado reino (O'ROURKE, 2011; DAVIES, 2014).

Portanto, o panorama linguístico da maior parte da população do País de Gales, composta por camponeses, permaneceu constituído tal qual a condição geral da época - monodialetal ou bidialetal, como mencionado no capítulo 2 -, sofrendo pouca ou nenhuma mudança direta decorrente do Ato de União de 1536. Cabe ressaltar que, de acordo com a legislação, os membros da classe alta galesa podiam ter acesso aos cargos caso falassem inglês. Ou seja, agora a aristocracia galesa, no desejo de manter seu status, precisava tornar-se inglesa ou perderia suas posições de prestígio, sendo substituídas por famílias da classe alta de origem inglesa, culminando na formação de um setor público aliado aos interesses da coroa, responsável por manter o País de Gales em posição subordinada.

Um século depois, as consequências da drástica mudança da estrutura social gerada pela unificação já era visível na opinião pública, manifestada principalmente pelos indivíduos bem nascidos que fizeram a transição linguística e cultural. Em sua contribuição para *A invenção das tradições* (2018), o autor Prys Morgan procura entender o nacionalismo galês e apresenta uma série de perspectivas, suas e de personagens da época:

Thomas Jones¹⁸ - que não foi o único - comentou em 1688 que o Todo-Poderoso havia “adulterado nossa língua”, e cada vez mais galeses começaram a chamar o galês de *heniath*, “a língua

¹⁸ Escritor de almanaques e lexicógrafo galês.

velha”, como se ela tivesse sido internada num asilo. (MORGAN, 2018, p.64). [grifo do autor].

Os ingleses passaram a chamar a língua de algaravia (uma confusão de vozes), e também de “Taphydom”¹⁹. Na voz do Bispo de Santo Asaph, a língua estava “bastante gasta” e “já tivera seus dias de glória” e que era um “dedicado pavão, agora velho” (MORGAN, 2018, p.64). No entanto, Morgan, que é um historiador como Hobsbawm e Ranger, cai na mesma crítica feita durante o capítulo 1 quando discutindo a abordagem de Hobsbawm. Ele apresenta os excertos acima de forma a expor o pensamento do período, e parece concordar com eles no seguinte seguimento:

O galês sobreviveu e foi preservado da fragmentação em dialetos pela liturgia anglicana e pela bíblia galesa e literatura apologética protestante. Só que não havia na língua quase nenhum mecanismo de *modernização ou de desenvolvimento*, e parecia não haver também nenhuma dinâmica real subjacente a ela. Assemelhava-se conforme se vê na pitoresca folha de rosto do dicionário de James Howell (1659), *a uma guerreira amedrontada das florestas, quando comparada às damas da corte inglesas ou francesas, ricamente trajadas*. (MORGAN, 2018, p.65). [grifo meu].

Morgan procede a dizer que “as letras galesa eram ainda dominadas pelos bardos retrógrados (que haviam tomado o lugar dos historiadores, copistas, bibliotecários, arautos, músicos etc.)” (p.65), apesar dessa tradição estar aos poucos fenecendo. Fica de fora da análise, voltada para o redescobrimto romântico da cultura celta, que o fenecimento mencionado estava sendo ocasionado pelo crescente poder inglês e que os sentimentos então associados à língua galesa não eram resultado de uma ‘evolução natural’ da sociedade - uma sociedade para a qual, talvez, fossem necessários que bibliotecários e arautos cuidassem da linguagem ao invés dos bardos -, mas de uma técnica marginalizante e de exclusão social empregada por uma administração que balançava entre a fronteira do interno e do estrangeiro.

¹⁹ Taphy, ou taffy parece derivar do comum nome masculino galês Dafydd ou do Rio Taff, de Cardiff (mas não existem fontes concretas sobre a origem). É um termo depreciativo que veio a ficar famoso pela rima infantil “Taffy was a Welshman”.

Ainda assim, o declínio definitivo da língua só veio a acontecer no fim do século XIX e durante todo o XX. “(...) Gales não tinha instituições ou *statehood*, mas dentro das casas, do trabalho e dos locais de adoração o idioma era predominante e nutrido por uma distinta cultura comunal vernacular, mesmo que o galês fosse excluído da vida oficial” (JENKINS, 2000, p.1), mas a quebra desse ritmo descrito logo aconteceria a partir de uma combinação de fatores característicos desse período histórico: a) a concentração dos empregos nos centros urbanos, provocando a migração especialmente de jovens; b) o crescimento do corpo militar britânico, investido nas campanhas imperialistas e, por fim; c) os conflitos dentro da própria Europa começando a instigar os anseios do orgulho nacional, incluindo a simbólica mudança de nome da família real britânica de Saxe-Coburg and Gotha para Winsdor em 1917.

A desigualdade criada pelo Ato de 1536 entre a língua inglesa e galesa, particularmente a do âmbito do setor público, só veio a ser revogada com o *Welsh Language Act* de 1993. O Ato de 1993²⁰ também foi responsável por obrigar todas as secretárias do setor público do País de Gales a oferecer tratamento igualitário para ambas as línguas; dar o direito a falantes da língua galesa a falar em sua língua nativa durante procedimentos jurídicos e audiências da corte, além de criar o *Welsh Language Board*, órgão com a missão de promover o uso e a revitalização da língua galesa e garantir o cumprimento da legislação.

Transitando para o caso da Irlanda, cujo processo de ocupação ocorre praticamente em paralelo ao do País de Gales, a história apresenta semelhanças e divergências. As invasões saxônicas ocorridas no século XII tiveram pouco ou nenhum efeito no status da língua nativa da região. Os

²⁰ Welsh Language Act 1993. Disponível em <<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1993/38/introduction/enacted>>. Acesso em: 19 de junho. 2019.

relatos históricos²¹ parecem indicar que até o século XVI a língua gaélica chamada de irlandesa dominava o território da ilha, sendo a língua das classes baixas e altas. Também reconhecida como representante da alta cultura, aspecto da reputação irlandesa que incluía uma valiosa tradição literária poética (O'Rourke, 2011), a língua atravessava até a Escócia e foi um fator de forte influência na criação das tradições das Terras Altas²².

De acordo com Mac Giolla Chríost (2005), o impacto de maior substância para os processos de transição linguística deu-se por meio da introdução dos novos modos de administração de origem inglesa. Aqui, ocorre uma repetição do método aplicado ao País de Gales, utilizando a língua inglesa como régua de exclusão dos cargos públicos e da alta sociedade, culminando como já vimos em vários efeitos sobre a estrutura social tradicional. A língua irlandesa continuou a ser utilizada e aprendida, persistiu dominando a gramática, a lei, os nomes dos lugares, medicina, música e poesia, mas deixou o espaço formal da administração política e econômica, tendo seu uso encerrado nas dependências do governo.

Se o Ato de 1536 tinha como foco cercear a língua galesa ao aspecto privado, o *Act for the English Order, Habit and Language* do ano seguinte, 1537, decretou que todos os homens e mulheres irlandeses deveriam saber falar a língua inglesa (O'ROURKE, 2011). Os membros do clero foram obrigados a garantir que uma escola inglesa fosse mantida em cada pastoral, e assim começa a pressão sob os pais para criar suas crianças falando inglês (DOYLE, 2015). Esse meio particular de expansão da dinastia Tudor na Irlanda teve as consequências pretendidas: a aristocracia irlandesa foi

²¹ Aparecendo em Ó CUÍV, B. *A View of the Irish Language*. Dublin: Stationary Press, 1969; Ó HUALLACHÁIN, C. *The Irish and the Irish: A Sociolinguistic Analysis of the Relationship Between a People and their Language*. Dublin: Irish Franciscan Provincial Office.

²² Como demonstra o autor Hugh Trevor-Roper ao narrar, em *A invenção das tradições: a tradição das Terras Altas (Highlands)* da Escócia, como eram próximos os povos e a cultura da Irlanda e dos escoceses das Terras Altas, mais do que aos escoceses de Glasgow e muito menos aos ingleses. In: HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (Org.). *A Invenção das Tradições*. 12ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra. 2018. 392 p.

desapossada das suas terras e substituída pelos ingleses, o que ocasionou na formação de uma nova classe proprietária de terras na Irlanda.

As novas políticas sobre terras e cargos públicos cumpriram seus objetivos de criar uma nova estrutura social consistindo de uma camada pobre e camponesa, irlandesa falante de irlandês, e uma aristocracia irlandesa que tivesse se assimilado aos costumes e fala. Essa nobreza expressava o desejo de purificar-se através do inglês:

Babes from their Cradles should be inured under
learned School-masters, with a pure English tongue,
habit, fashion, discipline. (STANIHURST apud
DOYLE, 2015, p.45).

Doyle (2015) aponta que a política perseguida pelos representantes da Coroa na Irlanda de educar os filhos da nobreza local na Inglaterra ou em ambientes anglicizados é uma técnica clássica de colonização, empregada posteriormente pelos administradores do Império Britânico na Índia e no continente africano. Quando uma dicotomia assim existe, repercutindo a colocação de Nancy Dorian (1981), “o prestígio naturalmente é direcionado para a língua do grupo com maior poder sócio-econômico” (p.15), representando o início da corrosão da tradição literária e oral que a língua irlandesa cultivou por séculos.

No século XIX, com o inglês já consolidado no topo do estrato social, a língua irlandesa se tornou um marcador do que era antigo ou camponês (os únicos que mantinham a língua); uma característica discriminatória, indicando pobreza, selvageria; um fóssil vivo (GRILLO, 1989). Nas palavras do autor e político inglês Jonathan Swift:

I am deceived, if anything hath more contributed to prevent the
Irish being tamed, than this encouragement to their language,
which might easily be abolished and become a dead one in half
an age, with little expense, and less trouble. (GRILLO, 1989, p.
86).

A fala de Swift é um excelente exemplo e chamo atenção para o uso do verbo *tamed*, que pode ser traduzido como ‘domesticar’ mas contém a conotação [é sinônimo] de ‘subjugar’, ‘disciplinar’, ‘suavizar’ e ‘castigar’. Ao afirmar que o encorajamento²³ da língua irlandesa preveniu a domesticação dos irlandeses, Swift concretiza a relação entre dominação de um povo implicitamente “inferior”, os irlandeses, com a língua falada por eles.

O gaélico irlandês ruiu mais rapidamente do que o galês por dois eventos interligados: A Grande Fome de 1845 e a diáspora irlandesa. A Grande Fome (1845-1849) matou cerca de 1 milhão da população e provocou a emigração de outro milhão. Significativamente, os mais afetados foram os falantes do idioma gaélico (O’ROURKE, 2011), com números que despencaram até 0.8% de falantes restantes de acordo com censo de 1891 (p. 102). Portanto, a tragédia foi praticamente “o último prego no caixão” da língua irlandesa, uma vez que, pelas razões levantadas anteriormente, a maior parte da população já tinha o inglês como única língua há pelo menos uma geração.

Esse era o caso especialmente nos centros urbanos no qual a atividade política dos revolucionários pró-independência fervia. As publicações aconteciam na língua inglesa na imprensa comum e nos panfletos revolucionários; a exceção estava nos esforços localizados de grupos como a Liga Gaélica [*Conradh na Gaeilge*], que organizavam textos em ambas as línguas e buscava conectar o nacionalismo irlandês com a língua irlandesa. O intelectual e revolucionário Eoin MacNeil, em contribuição para a Liga, diz:

If Irish is to become once more the language of a nation, it must shape itself to express all the thoughts of a modern nation’s life... The view [of Irish as an inferior language to English] more than anything else, led to the weakening in Ireland of that instinct, universal among nations, of recognizing in the national

²³ Qual?, pergunto-me. Swift viveu entre 1667-1745, período no qual não havia nenhuma lei ou sentimento público que pudesse sustentar qualquer tipo de encorajamento da língua irlandesa.

language the most essential element of national life.
(MACNEIL apud FRENCH, 2009, p.607).

A declaração de MacNeil reforça o valor da língua como base de uma identidade nacional e reconhece um valor agregado ao inglês, em detrimento do irlandês, uma causa de enfraquecimento da nação ao mesmo tempo em que também deixa entrelinhas como a língua irlandesa precisa sair de sua condição *pré-moderna*, ultrapassada; a língua precisa ser modernizada, para que então seja compatível com os valores modernos da nação. Nessa ocasião, numa reflexão gerada pela famosa pergunta de Spivak, “em que língua pode o subalterno falar?”. Afinal, aqui estamos lidando com uma situação de internalização dos preconceitos fabricados ao longo de uma relação entre inferior-superior, ou atrasado *vs* avançado. Os republicanos irlandeses tinham necessidade de atingir um grande público e de obter validação política, o que só era possível através da língua soberana, o inglês, que era também a língua da política. O resultado é uma identidade nacional angustiada, que fala na língua do mestre com o qual lutava enquanto idealiza uma língua e busca reinventar tradições de antepassados que não são seus.

Para explicitar isso, até 1970 a maior medida utilizada para observar o impacto da política linguística na República da Irlanda era o censo populacional. As perguntas do censo provém algumas indicações dos efeitos discutidos, como a expressão de um sentimento generalizado de apego emocional à língua, de forma que as declarações sobre a competência linguística na língua irlandesa pode estar sendo incorretamente atribuída. O aumento de 10% (de 18% para 28%) nos últimos cinquenta anos, entre 1926 e 1971, podendo representar uma mudança ideológica por parte da população mais do que uma mudança linguística, com muitos declarando fluência quando não é o caso²⁴.

²⁴ Consultado em WILLIAMS, C.H. (ed.). *Language in Geographic Context*, Clevedon: Multilingual Matters, 1988.

Com a próxima seção, ficará clara a distinção entre o modelo praticado pelo Reino Unido e o da França. O processo de *nation-building* britânico mobilizou a diversidade linguística para criar diferenças que facilitassem a ascensão social dos ingleses, criando instituições, academias, e espaços de privilégio movidos pela língua inglesa, enquanto relegava aos galeses e irlandeses (e outros) o espaço do campesinato subalterno aos donos de terras. O papel da elite foi definidor em dois momentos diferentes: primeiro no alinhamento ao Estado, costumes, língua e cultura inglesas, ajudando o detrimento da língua galesa e irlandesa, que se tornaram as línguas dos pobres; e em segundo lugar, quando o fervor dos nacionalismos aparece nos séculos XIX e XX e os movimentos intelectuais de retorno as origens afetam a classe média em formação.

Em relação a condição linguística do Reino Unido atualmente, o *The Queen's English* ou Received Pronunciation (RP), é considerado o inglês oficial, falado nas instâncias do governo, do espaço midiático e da sociedade de classe média no geral. Ao invés de diversidade linguística, é mais comum se ouvir falar sobre a diversidade dos sotaques, cultivados como características identitárias fundamentais do mosaico britânico, apesar de existir uma tênue premissa de escárnio com os sotaques considerados “inteligíveis” (diante de um falante de RP) ou associados às classes baixas, como o Cockney.

3.2. A nação homogênea francesa

“*La France: une et indivisible*” constitui, ao lado da bandeira tricolor e do lema revolucionário - liberdade, fraternidade, igualdade -, o grande mito fundador do Estado moderno francês. A França configura neste estudo não apenas para contrapor com a dinâmica que resulta no presente cenário analisado do Reino Unido, mas para melhor entendermos a lógica da

identidade nacional totalizante que transcende o contexto francês e existe em todos os Estados nacionais, seja nos já formados e ‘bem sucedidos’ ou os que se encontram buscando validação do sistema internacional ao construir-se seguindo os passos dos primeiros.

Ao longo desta seção, aparecem os autores e o arcabouço conceitual já trabalhados nos capítulos anteriores: Wright, Ager, Judge e Grillo circulam todos sobre o mesmo tema, por vezes utilizando as mesmas citações e exemplos, resultando em algumas referências que variam conforme mera preferência estilística. Dito isso, o propósito desta seção, a caminho do fim deste estudo, é entender como a língua francesa adquiriu prestígio, a partir de qual momento da história ela tornou-se símbolo unificador da nação e qual o significado de sua importância.

De acordo com a autora Anne Judge (2007), o status do francês como língua oficial está relacionado com a centralização do Estado francês nas mãos de uma monarquia sólida e longínqua - em contraste com o quadro britânico repleto de mudanças dinásticas -, que prezava pela tradição da sua língua materna, originada a partir de uma variedade falada em Ile-de-France. Durante a Idade Média existiam diversos dialetos do francês com mútua inteligibilidade, mas a versão falada na corte presidia o topo da hierarquia cultural e atuava como uma espécie de segunda língua franca (depois do latim) do complexo de reinos europeus; como vimos no capítulo anterior, era utilizada na corte inglesa e representava o motto de famílias da aristocracia.

Data dessa época o surgimento do termo derogatório *patois*, utilizado para referenciar o jeito de falar da população “cuja civilização é inferior ao àquela da língua comum” (JUDGE, 2007, p. 14). É possível reparar através dessa colocação que, nesse momento da história, a língua francesa e a civilização superior da qual ela pertence não é constituída por franceses, mas pela elite que compunha o Reino da França.

Apesar da França permanecer católica, em 1539 foi produzida a primeira lei relativa ao uso da língua, a *Ordonnance de Villers-Cotterêts*. Francisco I tornou sua *langue maternelle française* a língua oficial para todas as questões legais e administrativas, tomando o lugar do latim e estabelecendo uma relação de exclusão ou assimilação dentro das instâncias do poder (JUDGE, 2007). As razões para o decreto de Francisco I são explicadas por Ager:

Many factors were involved: demography - the concentration of population in the Ile-de-France; economics - the agricultural and commercial wealth of Paris and its surrounding region, and the production of printed books there after the invention of printing in the late fifteenth century; and the cultural pre-eminence of Paris too, with the royal court acting as a magnet for poets, and the Sorbonne attracting prestige as a centre for education. (AGER, 1998, p. 31).

Alguns dos fatores se repetem, como a impressão de livros e a concentração da riqueza econômica e cultural, acumulada no centro de Paris. Nessa época, no entanto, independentemente do avanço francês, a língua bretã, por exemplo, continuou exercendo sua dominância e gozando de condição oficial na região da Bretanha, apesar de ser aos poucos abandonada pela elite (AGER, 1998).

É também pertinente apresentar o papel interpretado pela educação no contexto do desenvolvimento da língua francesa: o *Collège des Lecteurs royaux*, que veio a tornar-se o famoso *Collège de France*, foi fundado poucos anos antes da lei, em 1530. A instituição desde seu princípio rivalizava com a produção intelectual do clero, utilizando a língua do rei ao invés do latim. A primeira gramática foi publicada em 1550 e em 1570 Carlos IX criou a *Académie du Palais* especificamente dedicada ao francês, uma instituição que foi recriada na metade do século seguinte, registrada então no parlamento como *Académie française*, uma agência governamental com a missão “de defender a língua francesa”²⁵ ainda em funcionamento.

²⁵ Para mais informações, consultar: Défense de la langue français. Disponível em <<http://academie-francaise.fr/linstitution/les-missions>>. Acesso em: 24 de junho. 2019.

Parafraseando o autor Dennis Ager, “A unidade linguística da França geralmente é considerada como uma política deliberada dos sucessivos governos, desde os reis do Antigo Regime aos presidentes da França contemporânea, e o objetivo de longo prazo do Estado francês” (AGER, 1999, p. 18). Mas aqui, assim como no caso britânico apresentado na seção anterior, a distinção entre classes permanecia palpável e, em uma disputa parcial com o argumento de Ager, não existia preocupação ou agência do Estado monárquico para inserir o largo contingente populacional dentro do corpo formado pela cultura considerada francesa, da mesma forma que não havia interesse na transformação dos camponeses pobres em ingleses.

O ponto no qual toda a estrutura do Antigo Regime descrita acima - tal como toda a organização social, econômica e política da França, incluindo a condição da língua francesa - muda é, inegavelmente, durante a Revolução Francesa de 1789.

A comunicação era um grande problema confrontando os revolucionários franceses em 1789. Na primeira fase da revolução, para atingir o maior número possível de pessoas, a mensagem revolucionária foi transmitida nas várias línguas e dialetos falados na França (WRIGHT, 2004; AGER, 1999). Para os revolucionários, tornou-se uma necessidade estratégica entender a extensão da diversidade linguística com a qual eles estavam lidando. Logo no ano seguinte, isso levou a realização de um censo, criado pelo padre abolicionista Henri Jean-Baptiste Grégoire.

O censo de Grégoire revelou que apenas um quinto de franceses tinham o francês como língua materna (ou L1), enquanto o restante dos outros 25 milhões, ou dois terços da população, falavam outras línguas e tinham mínima ou nenhuma competência em francês²⁶. Grégoire continuaria a pesquisar a condição linguística da França, apresentando para o regime da Convenção Nacional, em 1794, seu texto intitulado *Rapport sur*

²⁶ Informação retirada do relatório de Grégoire (1794). Hobsbawm (2004), Wright (2004), Ager (1999), Grillo (1988) e Judge (2007) fazem todos uso dessa referência.

la Nécessité et les Moyens d'anéantir les Patois et d'universaliser l'Usage de la Langue française, ou “Relatório sobre a necessidade e os meios para aniquilar o *patois* e universalizar o uso da língua francesa”. O relatório de Grégoire menciona cerca de 33 *patois* - o termo derogatório que configura dialetos e línguas marginalizados -, dentre os quais a língua alsaciana e a língua corda, ambas fortemente influenciadas, respectivamente, pela interação com o alemão e o italiano, como *très-dégénérés* ou “altamente degeneradas”. No seguinte excerto retirado do relatório, ele também torna clara a mudança do comportamento revolucionário diante dos hábitos linguísticos:

On peut assurer sans exagération qu'au moins six millions de Français, surtout dans les campagnes, ignorent la langue nationale; qu'un nombre égal est à peu près incapable de soutenir une conversation suivie (...). Ainsi, avec trente patois différents, nous sommes encore, pour le langage, à la tour de Babel, tandis que, pour la liberté, nous formons l'avant-garde des nations. (GRÉGOIRE, 1794, p.4).

Posso assegurar sem exagero que pelo menos seis milhões de franceses, *principalmente nos campos*, ignoram a língua nacional; que um número igual é praticamente incapaz de sustentar uma conversa (...). Assim, com trinta *patois* diferentes, nós somos ainda, para a linguagem, a torre de Babel, enquanto que, para a liberdade, nós formamos a vanguarda das nações. [tradução e grifo meus].

Do grifo se observa um evidente contraste com o que foi apresentado sobre o modelo linguístico do Estado monárquico absolutista. A língua falada pelos camponeses em suas vidas, no dia a dia, consistia agora em pauta das discussões do governo, porque os camponeses agora eram franceses. No caso do Reino Unido, não existiam desejos universalistas. Aqui, o desejo em fornecer educação à todos, em ver todos os cidadãos²⁷ efetivamente participando do governo e do espaço público é genuíno nas palavras de todos os políticos, revolucionários e intelectuais da época. Com Swift nós tínhamos a vontade de domesticar, numa óbvia e clássica relação de poder hierárquica, que não negava seu propósito. Em Grégoire, existe a firme crença na prosperidade da nação francesa que inclui também o

²⁷ Mesmo que a Declaração falasse sobre o direitos dos homens, ainda não das mulheres.

camponês, ainda que ele não saiba que acabou se tornar francês, ou se sabe, talvez não queira. Paradoxalmente, esse hipotético ‘ele’ camponês só virá a participar na discussão para defender a si mesmo se de sua boca sair a língua francesa, o que o próprio processo de aprendizado possivelmente acabará por torná-lo francês, concretizando a idealizada identidade nacional ou criando uma nova, que em face do discurso totalizante do nacionalismo, estará em disputa consigo mesma porque não lhe é permitida harmonia. Em uma ótima síntese de Bourdieu:

It is in the process of state formation that the conditions are created for the constitutions of a unified linguistic marker, dominated by an official language. *A state language becomes the theoretical norm against which different linguistic variations are measured.* The language becomes obligatory on official occasions, in state institutions and public administration. In the case of France, ‘promotion of the official language to the status of national language gave them that de facto monopoly of politics, and more generally of communication with central government and its representatives, that has defined local notables under all the French republics’ (BOURDIEU, 1993, p. 45-47). [grifo meu].

O marco da vitória jacobina na disputa contra os centralistas e federalistas, representado pela tomada do poder no governo revolucionário, significou o fim da tolerância pela diversidade linguística, a partir de então completamente diluída pelos ideais nacionalistas. Com isso, os pronunciamentos, dos centros às províncias, passaram a ser realizados em francês (WRIGHT, 2004). Na fala do político jacobino Bertrand Barère:

In a democracy each citizen must keep a watch on the government. To carry out such a role one must know one’s government and above all one must understand the language it uses. (BARÈRE, 1792, apud WRIGHT, 2004, p. 32).

É perceptível como a questão linguística passa a configurar característica essencial do cidadão francês. O aprendizado da língua francesa, cuja supremacia estava implícita ao ser alçada ao cargo de língua representante da nação, mesmo que não fosse a língua falada pela maior parte da mesma, tornou-se uma questão de dever patriótico, relacionado ao

ideal da prática democrática. Barère, que era membro do Comitê de Salvação Pública - órgão executivo da Convenção, responsável pelo comando do exército -, escreveu (também em 1794) um parecer para ser apresentado ao Comitê, conectando os ataques sofridos pela Revolução com falantes dos *patois*. De acordo com ele, “os [nossos] oponentes utilizam as línguas regionais para desinformar e enganar a população” (AGER, 1999), o que gerou a proposta de banir as línguas regionais e foi o ponto de partida da campanha pela educação em massa dos ‘franceses’ não-falantes de francês. Aqui, novamente as palavras de Barère nos auxilia a explicar o raciocínio em voga:

The voice of federalism and of superstition speaks Breton; the émigrés and those who hate the Republic speak German. The counterrevolution speaks Italian; fanaticism speaks Basque. Let us smash these instruments of damage and error... For our part we owe it to our citizens, we owe it to our republic, in order to strengthen it, that everyone on its territory is made to speak the language of the Declaration of the Rights of Man. (BARÈRE, 1794, apud JUDGE, 2007, p. 22).

Em uma narrativa que muito se assemelha aos componentes do nacionalismo apresentados no primeiro capítulo, a fala de Barère preenche todos os itens da lista, apontando inimigos nacionais, atribuindo características pejorativas à eles, opostas ao “nós” francês.

Reconhecemos portanto uma similaridade crucial com o processo ocorrido no Reino Unido: as línguas regionais e os dialetos passaram a ser considerados simplesmente incapazes de comunicar os ideais modernos, como os representados pela república e pelo fervor revolucionário. Enquanto a Declaração dos Direitos dos Homens ganha personalidade falando francês, o fanatismo é agrupado com a língua basca e a superstição com o bretão.

O novo caminho político sendo percorrido pela nação francesa, em direção ao esclarecimento e a racionalidade, exigia uma língua que exibisse as mesmas qualidades. Mas na época, o próprio francês tinha um escasso vocabulário político, o que tornava-o diferente das línguas regionais e dos

dialetos era o poder simbólico que carregava advindo dos séculos de apreciação e desenvolvimento sob a monarquia. Apesar do rei estar morto, a Revolução Francesa foi mobilizada por uma classe letrada e intelectual - Barère, por exemplo, frequentou a universidade de Direito -, que não enxergava na língua francesa uma conexão com “um passado atrasado” do qual era necessário romper, e sim com as suas próprias origens e formações.

If in our own language the political part (of the vocabulary) is scarcely yet created, what must it be like in idioms some of which, truly, have many sentimental expressions to describe the sweet effusions of the heart, but are absolutely denuded of terms relative to politics; others are heavy and gross jargons, without a definite syntax. (DE CERTEAU et al., 1975, apud AGER, 1999).

O francês foi continuamente construído como a língua do conhecimento, da razão e da modernidade. Lodge (1993) vê um processo de codificação da língua acontecendo em dois estágios, de 1500 a 1660, no qual o francês era ‘melhor’ por ser falado pelas ‘melhores’ pessoas (as que frequentavam a corte), enquanto no século XVIII, o francês torna-se ‘melhor’ por ser a língua da razão e do Iluminismo.

Como visto na seção anterior, no caso do movimento republicano irlandês a língua da panfletagem revolucionária era o inglês, não somente por uma questão de reconhecimento ou validação - o que era essencial para que eles conseguissem legitimidade -, mas também porque após cerca de três séculos de permanência do inglês no topo da hierarquia e nos espaços da política, a língua tinha desenvolvido-se como a própria linguagem da política. Estamos falando aqui não só de vocabulário, que é em si uma estrutura importante, mas da linguagem ao seu nível de articulação filosófica; todos os tratados e textos clássicos da teoria política, lidos nos cursos de graduação das ciências humanas até hoje, foram escritos nas línguas dominantes de suas respectivas sociedades e épocas - especialmente no trio latim, inglês e francês -, de modo que um falante nativo de galês ou bretão realmente poderia ter dificuldade em dialogar nos termos políticos já consagrados. No entanto, é relevante notar, se o francês e o inglês foram

desenvolvidos conforme os ambientes da política avançavam, o mesmo poderia ter acontecido com qualquer outra língua classificada como regional, minoritária ou dialeto. Com base no que foi apresentado, é possível concluir que o que garantiu a continuidade do poder ao francês foi o exclusivo endossamento da nova elite burguesa.

Nas instâncias do governo jacobino, as propostas para o reconhecimento das línguas regionais passaram a ser vistas como atentados à união nacional, ao secularismo e ao ideal republicano. Quando uma proposta de ensinar uma segunda língua nos sistemas escolares foi considerada, rapidamente lhe foi agregada a condição de que esta outra língua tivesse uma utilidade prática - o que as línguas autóctones certamente não tinham, por sua natureza 'limitada' - como explicita esta nota de autor desconhecido no *Journal Officiel*:

I express my homage to the lay, Republican school system which often imposed the use of French against all the forces of social and even religious obscurantism... it is time for us all to be French through that language. If it is necessary to teach another language to our children, let us not make them waste time with dialects they will only ever use in their villages. (Journal Officiel, 15.4.1994 apud AGER, 1999, p. 5).

Portanto, percebemos como andavam lado a lado as vozes dos homens influentes com as práticas que se tornariam políticas de Estado destinadas a expurgar da sociedade francesa o que não era compatível ou considerado útil aos novos valores modernos e republicanos. Os rumos que a história da França tomou depois da Revolução de 1789 apenas intensificaram os processos de consolidação da identidade nacional, de forma que é possível retornar à frase de Ager (1999), e seguindo a modificação sugerida sobre o Antigo Regime, reafirmá-la como precisa somente a partir do momento revolucionário.

Orman, durante rápida menção ao caso francês em seu livro (2008), compara a política linguística adotada pela França moderna com a da

Turquia de Atatürk, classificando ambos como exemplos extremos e totalizantes. A mesma posição é adotada por Grillo (1989) e Wright (2004) em suas análises, formando uma espécie de consenso dentro da sociolinguística e transformando o caso francês em um tópico bem estudado.

A França voltou a agir sobre a língua com notoriedade a partir da década de 1970. Temendo o avanço do inglês no mundo corporativo e cultural, “entre 1973 e 1993 é possível contar 48 portarias em campos variados encarregados de elaborar o vocabulário adequado para seus domínios” (CALVET, 2007, p.93). Em 25 de junho de 1992 uma lei constitucional foi feita para acrescentar, na primeira alínea do artigo 2 da Constituição de 4 de outubro de 1958, a seguinte frase “A língua da República é o francês” (CALVET, 2007). Por conta dessa afirmação na Constituição, a França, que possui 15 línguas autóctones e 23 no total²⁸, não ratificou a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias, sendo isenta de quaisquer esforços para valorização, inserção ou proteção das línguas que não o francês.

Ager (1999) chama isso de “insegurança identitária”, ou medo do forasteiro social. Ele atribui as políticas centralizadoras do governo francês a uma herança derivada da Revolução de 1789, que preocupou-se em manter a coesão social entre as classes e categorias, considerando a fragmentação social um risco acima de tudo, numa atitude que parecia querer evitar, curiosamente, que outra revolução acontecesse.

A nação francesa, portanto, vê a si como uma comunidade sem divisões identitárias - sectarismos considerados inimigos da coesão social -, compondo um mito nacional de universalismo estrito no qual é esperado dos cidadãos que sejam franceses em primeiro lugar; o multiculturalismo, por exemplo, sendo chamado de *communautariste*, termo de cunho

²⁸ Ethnologue: France. Disponível em <<https://www.ethnologue.com/country/FR>>. Acesso em 26 de junho. 2019.

pejorativo. Para realizar o mito nacional, o governo francês não permite a compilação de estatísticas sobre raça, religião e língua. Os censos populacionais tratam a todos como franceses que falam francês. No ano passado, 2018, a Assembleia Nacional votou quase unanimemente para que a palavra raça fosse removida da Constituição²⁹.

Para finalizar, mesmo diante do que foi apresentado sobre a França, o autor Bernard Spolsky (2004) adota uma postura otimista sobre os efeitos da política linguística, como propõe aqui:

How effective has French language policy been? Considering that it has been fighting the regional varieties since before the Revolution, it is a wonder that they still survive at all. Two hundred years of active language management should surely have been enough to destroy them completely. This is further evidence of the powerlessness of language management. (SPOSKLY, 2004, p. 74).

O assentamento de Spolsky pode estar correto, porém considero importante levantar o argumento de que isso não é evidência da fraqueza do gerenciamento linguístico, mas sim da resiliência dos povos que residem à margem da identidade nacional e que mantiveram suas línguas tradicionais ou regionais, persistindo na sua transmissão *apesar* do emprego constante do aparato institucional do Estado francês para forçar a completa assimilação ao ideal da França única e indivisível.

²⁹ Assembly removes word 'race' from French constitution. Disponível em: <<https://www.connexionfrance.com/French-news/france-assembly-votes-to-remove-race-French-constitution>>. Acesso em 21 de junho. 2019.

4. Considerações Finais

Desde o final do século passado, os linguistas, seguindo os passos dos antropólogos em relação as culturas dos povos indígenas, procuram ir atrás das comunidades onde existem línguas em risco de extinção para que seja possível preservá-las, catalogá-las, de forma a manter seu registro no corpo da ciência. O presente trabalho buscou trazer como questão central o processo pelo qual tais línguas atingem o alerta de risco em primeiro lugar, localizando no processo de formação do Estado-nação e das identidades nacionais uma força política revolucionária, ou devastadora.

O tema foi abordado através de uma intersecção da literatura sobre nações e nacionalismos em conjunto com parte da literatura da Linguística, chamada as vezes de sociolinguística, que muito dialoga com discussões críticas existentes nas Relações Internacionais, mas cuja união quase ou nunca acontece.

Com o primeiro capítulo da pesquisa, foi possível observar como autores consagrados (ANDERSON, 2008; HOBBSAWM, 2004; GELLNER, 1983) interpretam “nação” e “nacionalismo”, empregando principalmente a definição da “comunidade imaginada” concebida por Benedict Anderson. Foi feita uma investigação sobre o uso que esses autores fazem da língua dentro de suas pesquisas, identificando assim que a língua aparece como um fator importante, mas também sob o mérito de ser apenas uma categoria que ajuda a explicar e historicizar o nacionalismo; ou seja, uma característica dentro do grande tópico que é a nação, mas aqui se torna um componente que obtém o protagonismo.

Ainda no primeiro capítulo, para levantar uma discussão sobre a relevância de discutirmos nacionalismo e, especialmente, em qual posição está a linguagem dentro do movimento, foram acionadas autoras como Angharad Closs Stephens (2011), Judith Butler e Gayatri Spivak (2007),

dialogando com ideias de Hannah Arendt e contextualizando o debate dentro do espaço intelectual e político contemporâneo.

Uma leitura da História e dos processos de formação dos Estados nacionais começa no capítulo dois. Nele, foi apresentada uma distinção entre os modelos de organização social e política da Idade Média e da modernidade, mostrando as circunstâncias linguísticas do feudalismo e também do Estado monárquico ou dinástico de caráter absolutista. A partir disso compreendemos que a legislação e o regulamento relativo à línguas existia no período citado, mas na intenção de manter o poder concentrado nas mãos da elite falante das variações linguísticas que vieram a tornar-se as línguas nacionais, e não como parte de um projeto incorporado pelo Estado para unificar toda a população sob o mesmo manto linguístico - o que é uma síntese do processo que veio a acontecer na modernidade e configura como assunto principal desta pesquisa.

Como nesse capítulo os autores da Linguística fazem sua introdução, uma seção é dedicada a explicar o arcabouço de termos e conceitos que eles carregam consigo - política linguística, planejamento linguístico, transição linguística etc. -, assim como se fez necessário contextualizar a bagagem teórica sobre nacionalismo que eles utilizam em suas produções sobre linguagem, que é relativamente diferente da utilizada em peso nesta pesquisa ou nas Relações Internacionais como um todo.

Além disso, aparecem alguns exemplos que não fazem parte dos estudos de caso que configuram último capítulo. É citado como a Turquia, Noruega, Espanha e Romênia atuaram na construção das suas identidades nacionais por meio de intervenções na língua, todos esses processos que ocorreram com maior vigor no século XX - o século dos nacionalismos 'exacerbados' -, de forma que a pesquisa demonstre como a conexão investigada aqui entre língua e formação da nação não é limitada aos estudos de caso, apesar de permanecer situada no continente europeu.

Caminhando para o último capítulo, centralizado nos estudos de caso do Reino Unido e da França, procurou-se montar um quadro comparativo, apontando para as diferenças e similaridades dos processos de formação do Estado-nação e da identidade nacional, circulando a língua como protagonista desses processos, ressaltando o papel que ela interpretava como item de discriminação e de concessão de privilégios.

No Reino Unido, é identificada a natureza hierárquica de uma nação supostamente multicultural e multilíngue, mas na qual as características valorizadas são associadas ao costume inglês do “padrão correto”, delimitando espaços específicos para os sotaques da classe trabalhadora e das populações que compõem o mosaico de culturas presentes no bloco.

Na França, repete-se a estrutura da análise, mas o foco é direcionado para investigar a influência dos ideais revolucionários na política linguística. Sem dúvidas, o modelo de revolução e de planejamento nacional francês foi uma grande força inspiradora do século XVIII e XIX, por consequência tornando a ideia da nação “única e indivisível” popular, como uma receita a ser seguida pelas nações infantis.

Ao analisar a literatura sobre esses estudos de caso, como alguns dos autores compõem os grupos étnicos sobre o qual estão falando ou são descendentes dos mesmos - Bernadette O'Rourke (2011), Janet Davies (2014), Chríst (2005) - , percebi uma tonalidade distinta em relação aos autores especialistas por ocasião de preferências temática - Anne Judge (2007), Jon Orman (2008) - que seria capaz de resultar em uma monografia própria. Alguns (Davies, 2014; Jenkins, 2000) optaram por fazer introduções ou prefácios que pudessem contextualizar a ligação pessoal entre autor e tema, o que certamente serve para enriquecer o texto. Mas, independentemente das notas, a linguagem com o qual a narrativa era apresentada sempre ‘denunciava’ uma origem situada. Há uma melancolia derrubada sobre as palavras, por vezes um implícito orgulho (nacionalista,

talvez) ou ressentimento. Isso demonstrou como os efeitos das políticas linguísticas discutidas neste estudo são marcas profundas, mais recentes do que imaginamos e bem visíveis na composição das sociedades francesa e britânica de hoje.

Desejo acrescentar, ainda, que algo retirado dessas leituras foi a consolidação da ideia de que os estudos sobre identidades, identidades nacionais e nacionalismos nunca estarão completos sem a perspectiva da linguagem, pois é através da linguagem que o indivíduo se constitui e interage com o mundo.

A resiliência das línguas regionais, especialmente no continente europeu, nos ajudam a desmitificar o poder do Estado-nação, possibilitando uma interpretação que não o veja por uma ótica determinista, obliteradora ou inescapável, ao mesmo tempo em que não se deve subestimar os efeitos cortantes das políticas linguísticas e planejamentos linguísticos arquitetados por um projeto de nação (como fez Spolsky, 2004). E também, por fim, entender a fabricação das principais identidades europeias como a britânica e francesa, assim como a existência das contrapartes que as contestam, nos permitem imaginar uma Europa que não é tão sólida, homogênea e disciplinada como se propaga, e sim que compartilha características de diversidade étnica, linguística, cultural e de confronto, com o continente africano, por exemplo, sempre pintado com uma pluralidade desorganizada que age de forma a torná-lo o oposto da suposta modernidade localizada logo acima no mapa.

5. Referências Bibliográficas

- AGER, Dennis. *Language policy in Britain and France: the processes of policy*. London; New York: Cassell, 1998. 226 p.
- AGER, Dennis. *Identity, Insecurity and Image: France and Language*. Bristol: Channel View Publications Ltd, 1999. 264 p.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008. 330 p.
- BLOOMAERT, Jan. Language Policy and National Identity. In: RICENTO, Thomas (Org.). *An Introduction to Language Policy: Theory and Method*. Oxford; Victoria: Blackwell Publishing, 2006. 238-244.
- BLOMMAERT, Jan. *Language Ideological Debates*. Berlin: Mouton. 1999. 447 p.
- BOURDIEU, Pierre. *Language and symbolic power*. Cambridge [Estados Unidos]: Harvard University Press, 1991. 302 p.
- BUTLER, Judith P.; SPIVAK, Gayatri C. *Who sings the nation-state?: language, politics, belonging*. London: Seagull Books, 2010.
- CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. 160 p.
- CRYSTAL, David. *Language Death*. Cambridge [Inglaterra]: Cambridge University Press, 2014.
- CHRÍOST, Diarmait Mac Giolla. *The Irish Language in Ireland: from Góidel to globalisation*. New York: Routledge, 2005.
- DAVIES, Janet. *The Welsh Language: A History*. Cardiff: University of Wales Press. 2014. 208 p.
- DORIAN, Nancy. *Language Death: The Life Cycle of a Scottish Gaelic Dialect*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

DOYLE, Aidan. *A History of the Irish Language: from the Norman invasion to independence*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

FISHMAN, Joshua A. Language Policy and Language Shift. In: In: RICENTO, Thomas (Org.). *An Introduction to Language Policy: Theory and Method*. Blackwell Publishing, 2006. p. 311-328.

FRENCH, Brigittine M. Linguistic science and nationalist revolution: Expert knowledge and the making of sameness in pre-independence Ireland. *Language in Society*: Cambridge University Press. Cambridge [Inglaterra], Volume 38, Issue 5, p. 607-625, nov. 2009.

GELLNER, Ernest. *Nations and nationalism*. Oxford: B. Blackwell, c1983. 150 p.

GRÉGOIRE, Henri Jean-Baptiste. *Rapport sur la Nécessité et les Moyens d'anéantir les Patois et d'universaliser l'Usage de la Langue française*, 1794. Disponível em <https://fr.wikisource.org/wiki/Rapport_sur_la_nécessité_et_les_moyens_d'anéantir_les_patois_et_d'universaliser_l'usage_de_la_langue_française>. Acesso em: 24 de junho. 2019.

GRILLO, R. D. *Dominant languages: language and hierarchy in Britain and France*. Cambridge [Inglaterra]: Cambridge University Press, c1989. 261 p.

HOBBSAWM, E. J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2004. 230 p.

JENKINS, Geraint H. 'Wales, the Welsh and the Welsh Language': Introduction. In: JENKINS, Geraint H. (Org.). *The Welsh Language and its Social Domains: 1801-1911*. Cardiff: University of Wales Press. 2000. p. 1-36.

JOYCE, James. *A Portrait of the Artist as a Young Man*. London: The Folio Society, 2016. 291 p.

JUDGE, Anne. *Linguistic policies and the survival of regional languages in France and Britain*. New York: Palgrave Macmillan, 2007. 265 p.

LODGE, R. Anthony. *French: from Dialect to Standard*. Londres; New York: Routledge, 1993.

MORGAN, Prys. Da morte a uma perspectiva: a busca do passado galês no período romântico. In: HOBBSAWM, Eric.; RANGER, Terence (Org.). *A Invenção das Tradições*. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2015.

O'ROURKE, Bernadette. *Galician and Irish in the European Context: Attitudes towards Weak and Strong Minority Languages*. Palgrave Macmillan, 2011.

ORMAN, Jon. *Language policy and nation-building in post-apartheid south Africa*. New York, NY: Springer, 2008. 201 p.

PHILLIPSON, Robert. Imperialism and colonialism. In: SPOLSKY, Bernard (Org.). *The Cambridge Handbook of Language Policy*. Cambridge [Inglaterra]: Cambridge University Press, 2012.

RICENTO, THOMAS. Theoretical Perspectives in Language Policy: An Overview. In: RICENTO, Thomas (Org.). *An Introduction to Language Policy: Theory and Method*. Oxford; Victoria: Blackwell Publishing, 2006. p. 1-9.

_____. Language Policy: Theory and Practice – An Introduction. In: RICENTO, Thomas (Org.). *An Introduction to Language Policy: Theory and Method*. Oxford; Victoria: Blackwell Publishing, 2006. p. 10-24.

RIETBERGEN, Peter. *Europe: A cultural history*. London; New York: Routledge, 1998.

STEPHENS, Angharad Closs. *The Persistence of Nationalism: from imagined communities to urban encounters*. New York, NY: Routledge, 2013. 159 p.

SPOLSKY, Bernard. *Language policy*. Cambridge [Inglaterra]: Cambridge University Press, 2004. 250 p.

SPOLSKY, Bernard. What is language policy? In: SPOLSKY, Bernard (Org.). *The Cambridge Handbook of Language Policy*. Cambridge [Inglaterra]: Cambridge University Press, 2012.

WRIGHT, Sue. *Language policy and language planning: from nationalism to globalisation*. Basingstoke; New York, NY: Palgrave Macmillan, c2004. ix, 311.